

Provas Comentadas - Em PDF



**ESTRATÉGIA
CARREIRA JURÍDICA**

Autor

**Prof.: YASMIN USHARA
DE CARVALHO MOURA
BARBOSA**

9 de Maio de 2024

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 27/08/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para Provimento em **Cartórios do TJ-AL**. Assim que disponibilizados o caderno de provas e gabarito pela banca, nosso time de professores analisou todas as questões, que, agora, serão apresentadas na nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 3 questões passíveis de recurso, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 47, 55 e 84.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING de Cartórios do TJ-AL**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1º fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/59644661-5511-4d0c-9139-7909f7533039>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/4b60c8f7-e722-4af7-81c9-8154297ce007>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Vocês também poderão acompanhar todos os eventos através deste link:

[Gabarito Extraoficial - Cartórios do TJAL \(estrategia.com\)](https://cj.estrategia.com/gabarito-extraoficial-cartorios-do-tjal)

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.



PROVA COMENTADA – CARTÓRIOS DO TJ-AL

QUESTÃO 01. De acordo com a Lei Federal no 8.935/1994, sobre o ingresso na atividade notarial e de registro, é correto afirmar:

a) Os concursos para o ingresso na atividade serão realizados pelo Poder Judiciário, com a participação, em todas as suas fases, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público, da Defensoria Pública Estadual, de um notário e de um registrador.

b) Depende dos seguintes requisitos: habilitação em concurso público de provas e títulos; nacionalidade brasileira; capacidade civil; quitação com as obrigações eleitorais e militares; diploma de bacharel em direito; verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.

c) Ao concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em Direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, quinze anos de exercício em serviço notarial ou de registro.

d) Ao concurso de remoção somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de três anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do concurso para ingresso na atividade notarial e de registro.

O concurso para ingresso na atividade notarial e de registro é tratado superficialmente pela Lei n. 8.935/1994. Em razão disso, houve uma série de judicializações, as quais culminaram na regulamentação pela Resolução n. 81/2009, da Corregedoria Nacional de Justiça, órgão que integra o CNJ e tem função também regulatória.

Como a questão se pautava unicamente na Lei n. 8.935/1994, pode-se dizer que há resposta correta. Contudo, considerado o todo, não há resposta certa "de verdade".

A alternativa A está incorreta porque a Defensoria Pública não integra o concurso. A composição da banca é dada pelo *caput* do art. 15, da Lei n. 8.935/1994: "Art. 15. Os concursos serão realizados pelo Poder Judiciário, com a participação, em todas as suas fases, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público, de um notário e de um registrador."

A alternativa B está correta. Como dito, tomando-se como base somente o art. 14, da Lei n. 8.935/1994, a alternativa indicada pela banca está correta: "Art. 14. A delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende dos seguintes requisitos: I - habilitação em concurso público de provas e títulos; II - nacionalidade brasileira; III - capacidade civil; IV - quitação com as obrigações eleitorais e militares; V - diploma de bacharel em direito; VI - verificação de conduta condigna para o exercício da profissão." Porém, a própria lei abre exceção para a necessidade de diploma de bacharel em direito, o que torna a alternativa duvidosa: "Art. 15, § 2º Ao concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro." No texto da Resolução n. 81/2009 isso foi compilado de maneira a não causar confusão: "Art. 7º São requisitos para inscrição no concurso público, de provimento inicial ou de remoção, de provas e títulos, que preencha o candidato os seguintes requisitos: I - nacionalidade brasileira; II - capacidade civil; III - quitação com as obrigações eleitorais e militares; IV - ser bacharel em direito, com diploma registrado, ou ter exercido, por dez anos, completados antes da publicação do primeiro edital, função em serviços notariais ou de registros; V - comprovar conduta condigna para o exercício da atividade delegada."



A alternativa C está incorreta porque a comprovação não deve ser de quinze anos, mas de dez, conforme dispõe o texto do art. 15, "§ 2º Ao concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro."

A alternativa D está incorreta, uma vez que o prazo para que o candidato possa recorrer ao concurso de remoção é de dois anos, não três, conforme se vê no art. 17, da Lei n. 8.935/1994: "Art. 17. Ao concurso de remoção somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de dois anos."

QUESTÃO 02. De acordo com a Lei Federal no 8.935/1994, sobre os prepostos dos serviços notariais e de registro, é correto afirmar:

a) Os titulares dos serviços notariais e de registro poderão contratar substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, desde que autorizado pelo Juízo competente.

b) Apenas na ausência do notário ou do oficial de registro, os substitutos poderão praticar todos os atos que sejam próprios da serventia.

c) Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho.

d) Os escreventes, após autorização do Juiz Corregedor Permanente, poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro permitir.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro.

O gerenciamento administrativo e financeiro da serventia é do titular, e é ele quem decide quem contratar, até mesmo porque as contratações de funcionários são feitas em nome dele. Essa autonomia tem previsão no texto do art. 21, da Lei n. 8.935/1994 ("Art. 21. O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços."), mas o texto inverte a ordem lógica, tratando das contratações no art. 20, o que pode levar a confusões.

A alternativa A está incorreta. Ao Juízo competente cabe no máximo ciência. A contratação é de livre escolha do titular. Isso se observa no art. 21 e no *caput* e § 1º do art. 20, da Lei n. 8.935/1994. A escolha da inversão da citação é proposital. Veja: "Art. 21. O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços." e "Art. 20. Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho. § 1º Em cada serviço notarial ou de registro haverá tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, a critério de cada notário ou oficial de registro." Nada há, portanto, a respeito de autorização do juízo. Em alguns Estados, em correição ou situação fiscalizatória equivalente, é possível que o Juiz Corregedor Permanente indique haver menos empregados que o necessário, mas é só.



A alternativa B está incorreta. Os substitutos praticam os atos em conjunto com o titular, e não apenas em sua ausência ou impedimento. De acordo com o § 4º do art. 20 da Lei n. 8.935/1994: "§ 4º Os substitutos poderão, simultaneamente com o notário ou o oficial de registro, praticar todos os atos que lhe sejam próprios exceto, nos tabelionatos de notas, lavrar testamentos." A questão do testamento, apesar de relevante, não é objeto de questionamento e por isso fica para outro momento.

A alternativa C está correta e reproduz a literalidade do *caput* do art. 20, da Lei n. 8.935/1994: "Art. 20. Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho."

A alternativa D está incorreta. Os escreventes são autorizados pelo titular, sem qualquer ingerência do Juiz Corregedor Permanente. Lembre: o gerenciamento cabe ao titular, que é quem escolhe quem contrata, as atividades de competência de cada funcionário e que atos o escrevente pode praticar. De acordo com o art. 20, § 3º, Lei n. 8.935/1994: "§ 3º Os escreventes poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro autorizar."

QUESTÃO 03. De acordo com a Lei Federal no 8.935/1994, é correto afirmar:

- a) Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, sem direito de regresso.**
- b) A responsabilidade civil depende da criminal e esta será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a fé pública.**
- c) Prescreve em dois anos a pretensão de reparação civil em face do notário ou oficial, contado o prazo da data de lavratura do ato registral ou notarial.**
- d) O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão mistura a responsabilidade civil do registrador com o gerenciamento administrativo e financeiro da serventia. Todos esses assuntos estão expressamente dispostos na Lei n. 8.935/1994.

A alternativa A está incorreta porque há direito de regresso do titular, conforme expressamente previsto na Lei n. 8.935/1994; no caso, no *caput* do art. 22: "Art. 22. Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso."

A alternativa B está incorreta. A questão troca administração pública por fé pública, o que pode facilmente confundir o candidato. De acordo com a Lei n. 8.935/1994, "Art. 24. A responsabilidade criminal será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a administração pública."

A alternativa C está incorreta. A pretensão indenizatória prescreve em três anos, não dois, e o prazo é contado da lavratura do ato que causou o dano, conforme Parágrafo Único do art. 22 da Lei n. 8.935/1994: "Parágrafo único. Prescreve em três anos a pretensão de reparação civil, contado o prazo da data de lavratura do ato registral ou notarial. "

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do texto do art. 21, Lei n. 8.935/1994: "Art. 21. O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da



responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços."

QUESTÃO 04. De acordo com a Lei Federal n. 8.935/1994, sobre os direitos e deveres do notário e do oficial de registro, é correto afirmar:

- a) É direito do notário e do oficial de registro exercer opção, nos casos de desmembramento ou desdobramento de sua serventia.
- b) É direito do notário e do oficial de registro admitir pagamento dos emolumentos, das custas e das despesas por meio eletrônico.
- c) É direito do notário e do oficial de registro delegar a terceiros, contratados com autorização da Corregedoria Permanente, a manutenção em ordem dos livros, papéis e documentos de sua serventia.
- d) É dever do notário e do oficial de registro manter exclusivamente em papel o arquivo das leis, dos regulamentos, das resoluções, dos provimentos, dos regimentos, das ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata dos direitos e deveres dos notários e registradores.

Os direitos e deveres do registrador estão dispostos nos artigos 28, 29 e 30 da Lei n. 8.935/1994. A redação infeliz cita direitos apenas no art. 29, mas o texto do art. 28 claramente explicita direitos. Veja: "Art. 28. Os notários e oficiais de registro gozam de independência no exercício de suas atribuições, têm direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia e só perderão a delegação nas hipóteses previstas em lei." O que é, por exemplo, a percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia se não um direito?

A alternativa A está correta, e reproduz o art. 29 e seu inciso I, da Lei n. 8.935/1994: "Art. 29. São direitos do notário e do registrador: I - exercer opção, nos casos de desmembramento ou desdobramento de sua serventia;"

A alternativa B está incorreta porque a admissão de pagamento dos emolumentos, das custas e das despesas por meio eletrônico é um dever, não um direito: " Art. 30. São deveres dos notários e dos oficiais de registro: (...) XV - admitir pagamento dos emolumentos, das custas e das despesas por meio eletrônico, a critério do usuário, inclusive mediante parcelamento." (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)

A alternativa C está incorreta porque a organização da serventia é de responsabilidade do titular, sem qualquer menção legal à possibilidade de delegação ou autorização da Corregedoria Permanente. No rol de deveres da Lei n. 8.935/1994, tem-se: " Art. 30. São deveres dos notários e dos oficiais de registro: I - manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia, guardando-os em locais seguros."

A alternativa D está incorreta, porque não há exclusividade de armazenamento em papel. Há um sem-número de situações que permitem o arquivo apenas eletrônico, como disposições da Lei n. 6.015/1973, por exemplo, além de previsões em atos normativos do CNJ. A resposta com base na Lei n. 8.935/1994 advém de mais de um artigo. Nos deveres do registrador dispostos no art. 30, vê-se: "IV - manter em arquivo as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade." Mais adiante, o art. 41 complementa a norma: "Art. 41. Incumbe aos notários e aos oficiais de registro praticar, independentemente de autorização, todos os atos previstos em lei necessários à organização e execução dos serviços, podendo, ainda, adotar sistemas de computação, microfilmagem, disco óptico e outros meios de reprodução."



QUESTÃO 05. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre a fiscalização das serventias notariais e de registro, é correto afirmar:

- a) Caberá aos Juízes Corregedores Permanentes instaurar processo administrativo pela prática de infrações disciplinares pelos notários e registradores e impor as penas previstas no artigo 32 da Lei no 8.935/1994, exceto a de perda da delegação.
- b) Caberá aos Juízes Corregedores Permanentes instaurar processo administrativo pela prática de infrações disciplinares pelos notários e registradores e impor as penas previstas no artigo 32 da Lei no 8.935/1994, exceto as de perda da delegação e de suspensão.
- c) A fiscalização será exercida pelo Corregedor-Geral da Justiça, nos termos do art. 41 do Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas, que delegará poderes aos Juízes Corregedores Permanentes para exercer a atividade fiscalizadora em esfera preventiva e repressiva, nos termos dos artigos 37 e 38 da Lei no 8.935/1994.
- d) O Juiz Corregedor Permanente fiscalizará os serviços extrajudiciais situados na comarca, de ofício ou atendendo à reclamação escrita dos usuários, não se admitindo reclamação verbal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata da fiscalização dos serviços notariais e de registro pelo Poder Judiciário, no âmbito do Estado de Alagoas.

Essa questão mostra a importância do estudo direcionado e da leitura das normas da UF onde se pretende obter a outorga de delegação. A perda, na maioria dos Tribunais de Justiça, é imposta por órgão colegiado, mas o Tribunal de Justiça de Alagoas há exceção.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 64 da CNNR-CGJ/AL, a aplicação de penas não comporta exceção. A perda da delegação está disposta no art. 32, IV, da Lei n. 8.935/1994 e na CNNR tem-se: "Art. 64 – Caberá aos Juízes Corregedores Permanentes: I – instaurar processo administrativo pela prática de infrações disciplinares; II – impor aos notários e registradores, delegatários ou interinos, quando for o caso, a pena disciplinar prevista no art. 32 da Lei nº 8.935/94; (...) V - impor a pena administrativa seja a de perda da delegação ou quebra de confiança, no caso de responsável interino."

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 64 da CNNR-CGJ/AL, a aplicação de penas não comporta exceção. A perda da delegação está disposta no art. 32, IV, da Lei n. 8.935/1994 e na CNNR tem-se: "Art. 64 – Caberá aos Juízes Corregedores Permanentes: I – instaurar processo administrativo pela prática de infrações disciplinares; II – impor aos notários e registradores, delegatários ou interinos, quando for o caso, a pena disciplinar prevista no art. 32 da Lei nº 8.935/94; (...) V - impor a pena administrativa seja a de perda da delegação ou quebra de confiança, no caso de responsável interino."

A alternativa C está correta e trata da literalidade do art. 63 da CNNR: " Art. 63 – A fiscalização das serventias notariais e registrais será exercida pelo Corregedor-Geral da Justiça, nos termos do art. 41 do Código de Organização Judiciária, que delegará poderes aos Juízes Corregedores Permanentes para exercer a atividade fiscalizadora em esfera preventiva e repressiva, nos termos dos arts. 37 e 38 da Lei Federal nº 8.935/94."

A alternativa D está incorreta. Admite-se a reclamação verbal, ainda que depois seja reduzida a termo. De acordo com a CNNR: " Art. 66 – O Juiz Corregedor Permanente fiscalizará os Serviços Extrajudiciais situados na comarca, de ofício ou atendendo à reclamação verbal ou escrita, observando a correção dos atos notariais ou registrais, a qualidade dos serviços, o respeito à tabela de custas, taxas judiciárias e emolumentos e a extração das guias, formulários e contas pertinentes, sem prejuízo da fiscalização rotineira da Corregedoria-Geral da Justiça."



QUESTÃO 06. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre os livros administrativos dos serviços notariais e de registro públicos, é correto afirmar:

- a) Com exceção do Livro de Visitas e Correições, a responsabilidade pela escrituração dos demais livros é exclusiva e direta do delegatário, vedada a escrituração por um preposto.
- b) Salvo os livros previstos em lei especial, os serviços notariais e de registros públicos deverão possuir os livros de Visitas e Correições, Diário Auxiliar da Receita e da Despesa e Controle de Depósito Prévio.
- c) O Livro de Visitas e Correições será escriturado pelas competentes autoridades judiciárias fiscalizadoras, as quais ficarão responsáveis por sua guarda.
- d) O Livro de Controle de Depósito Prévio observará o modelo usual para a forma contábil, vedada a escrituração de forma eletrônica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão versa sobre a incorporação, à CNNR, do Provimento n. 45/2015, do CNJ.

A alternativa A está incorreta. De acordo com a CNNR: " Art. 125 – Com exceção do Livro de Visitas e Correições, a responsabilidade pela escrituração dos livros referidos neste provimento é de responsabilidade direta do delegatário, ainda quando escriturado por um seu preposto."

A alternativa B está correta. De acordo com a CNNR: " Art. 123 – Os serviços notariais e de registros públicos prestados mediante delegação do Poder Público possuirão os seguintes livros administrativos, salvo aqueles previstos em lei especial: a) Visitas e Correições; b) Diário Auxiliar da Receita e da Despesa; c) Controle de Depósito Prévio."

A alternativa C está incorreta. A guarda dos livros é sempre do titular. De acordo com a CNNR: Art. 125, "Parágrafo único – O Livro de Visitas e Correições será escriturado pelas competentes autoridades judiciárias fiscalizadoras e conterà cem páginas, respondendo o delegatário pela guarda e integridade do conjunto de atos nele praticados."

A alternativa D está incorreta. Justamente por ser dinâmico, o Livro de Controle de Depósito Prévio pode ser escriturado apenas eletronicamente, conforme dispõe o Parágrafo Único do art. 126 da CNNR: "Art. 126 – Os delegatários de unidades cujos serviços admitam o depósito prévio de emolumentos manterão livro próprio, especialmente aberto para o controle das importâncias recebidas a esse título, livro em que deverão indicar-se o número do protocolo, a data do depósito e o valor depositado, além da data de sua conversão em emolumentos resultante da prática do ato solicitado, ou, conforme o caso, da data da devolução do valor depositado, quando o ato não for praticado. Parágrafo único – Considerando a natureza dinâmica do Livro de Controle de Depósito Prévio, poderá este ser escriturado apenas eletronicamente, a critério do delegatário, livro esse que será impresso sempre que a autoridade judiciária competente assim o determinar, sem prejuízo da manutenção de cópia atualizada em sistema de backup ou outro método hábil para sua preservação."

QUESTÃO 07. De acordo com o Provimento no 69/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça, sobre o teletrabalho no âmbito dos serviços notariais e de registro, assinale a alternativa correta.

- a) Desde que autorizados pelos titulares delegatários, interinos e interventores nomeados para responder pelo serviço, os escreventes, prepostos e colaboradores do serviço notarial e de registro poderão executar suas tarefas fora das dependências da serventia extrajudicial, na modalidade teletrabalho, de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos.
- b) A adoção do teletrabalho é facultativa aos escreventes, prepostos e titulares delegatários.



c) A atividade notarial e de registro na modalidade teletrabalho está limitada a cinquenta por cento da força de trabalho da serventia.

d) A implementação ou alteração do regime de teletrabalho independe de comunicação ao órgão correccional local, pois integra a independência do titular delegatário no que se refere ao gerenciamento administrativo e financeiro da serventia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata do teletrabalho no âmbito das serventias extrajudiciais.

A alternativa A está correta. De acordo com o Provimento n. 69/2018: "Art. 3º Os escreventes, prepostos e colaboradores do serviço notarial e de registro, quando autorizados pelos titulares delegatários, interinos e interventores, podem executar suas tarefas fora das dependências da serventia extrajudicial, de forma remota, com a utilização de recursos tecnológicos, sob a denominação de teletrabalho."

A alternativa B está incorreta. A adoção de teletrabalho por titulares ou quem lhe faça as vezes é proibida. De acordo com o Parágrafo Único do art. 2º do Provimento n. 69/2018: "Parágrafo único. É vedada a realização de teletrabalho pelos titulares delegatários, bem como pelos interinos e interventores nomeados para responder pelo serviço notarial e de registro."

A alternativa C está incorreta. A limitação é de 30%: "Art. 5º A atividade notarial e de registro na modalidade teletrabalho está limitada a 30% da força de trabalho da serventia extrajudicial, desde que seja mantida a capacidade plena de funcionamento dos setores de atendimento ao público externo."

A alternativa D está incorreta. É necessário comunicar a corregedoria, ou, nos termos do Provimento n. 69/2018, o "órgão correccional local". De acordo com o *caput* do art. 6º de referido Provimento, tem-se: "Art. 6º O titular do serviço notarial e de registro que decidir implementar ou alterar o regime de teletrabalho na serventia extrajudicial deverá comunicar ao órgão correccional local:". A independência relativa ao gerenciamento administrativo e financeiro não é absoluta, uma vez que a fiscalização dos serviços compete ao Poder Judiciário.

QUESTÃO 08. Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar:

a) O Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, e-Notariado, será implementado e mantido pelo Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal, subsidiado, se necessário, pelo fundo criado pela Lei Federal no 14.382/2022.

b) Os notários, pessoalmente ou por intermédio do e-Notariado, devem fornecer meios tecnológicos para o acesso das informações exclusivamente estatísticas e genéricas à Administração Pública Direta, sendo-lhes autorizado, inclusive, o envio e o repasse de dados, independentemente de disposição legal ou judicial específica.

c) Para a implementação e gestão do sistema e-Notariado, o Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal poderá, dentre outras, adotar as medidas operacionais próprias ou de outras entidades extrajudiciais, ficando responsável pela coordenação, implantação e funcionamento do sistema.

d) O e-Notariado deve oferecer acesso aos dados e às informações constantes de sua base de dados para o juízo competente responsável pela fiscalização da atividade extrajudicial, para as Corregedorias dos Estados e do Distrito Federal e para a Corregedoria Nacional de Justiça.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**.

A questão cobrou o conhecimento sobre o Provimento 100/2020 do CNJ.



A alternativa A está incorreta, pois não haverá ônus ou despesas para o CNJ e demais órgãos ou entidades do Poder Público, na forma do art. 8º do Provimento 100/2020 do CNJ. Deste modo, incorreta a parte final da assertiva. O Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Fics) não será utilizado para subsidiar o e-Notariado, mantido exclusivamente pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB-CF). Vejamos o teor do dispositivo: “Art. 8º. O Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, e-Notariado, será implementado e mantido pelo Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal, CNB-CF, sem ônus ou despesas para o Conselho Nacional de Justiça e demais órgãos ou entidades do Poder Público”.

A alternativa B está incorreta. É vedado o envio e o repasse de dados, salvo disposição legal ou judicial específica, na forma do art. 7, § 2º, do Provimento 100/2020 do CNJ. Assim dispõe o referido dispositivo: “art. 7, § 2º. Os notários, pessoalmente ou por intermédio do e-Notariado, devem fornecer meios tecnológicos para o acesso das informações exclusivamente estatísticas e genéricas à Administração Pública Direta, sendo-lhes vedado o envio e o repasse de dados, salvo disposição legal ou judicial específica”.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 8º, § 1º, “Para a implementação e gestão do sistema e-Notariado, o Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal deverá: I - adotar as medidas operacionais necessárias, coordenando a implantação e o funcionamento dos atos notariais eletrônicos, emitindo certificados eletrônicos; II - estabelecer critérios e normas técnicas para a seleção dos tabelionatos de notas autorizados a emitir certificados eletrônicos para a lavratura de atos notariais eletrônicos; III - estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos de segurança referentes a assinaturas eletrônicas, certificados digitais e emissão de atos notariais eletrônicos e outros aspectos tecnológicos atinentes ao seu bom funcionamento”.

Não há, portanto, previsão de adoção de medidas operacionais de outras entidades extrajudiciais, tal qual afirmado pelo item.

A alternativa D está correta. É este o teor do art. 7º, § 1º, do Provimento 100/2020 do CNJ: “O e-Notariado deve oferecer acesso aos dados e às informações constantes de sua base de dados para o juízo competente responsável pela fiscalização da atividade extrajudicial, para as Corregedorias dos Estados e do Distrito Federal e para a Corregedoria Nacional de Justiça”.

QUESTÃO 09. Segundo o Provimento no 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a implementação e gestão do sistema e-Notariado.

a) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal deverá, entre outros, estabelecer critérios e normas técnicas para a seleção dos tabelionatos de notas autorizados a emitir certificados eletrônicos para a lavratura de atos notariais eletrônicos.

b) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal deverá agir diretamente na capacitação dos notários credenciados para a emissão de certificados eletrônicos, segundo diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

c) O Conselho Nacional de Justiça deverá, entre outros, estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos de segurança referentes a assinaturas eletrônicas, certificados digitais e emissão de atos notariais eletrônicos e outros aspectos tecnológicos atinentes ao seu bom funcionamento.

d) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal poderá ser ressarcido dos custos pelos usuários do serviço, na forma estabelecida pelas Corregedorias Estaduais.

Comentários

A questão cobrou o conhecimento sobre o Provimento 100/2020 do CNJ.

A resposta correta é a **letra A**, pois reproduz o teor do art. 8º, § 1º, II, do Provimento 100/2020. Por sua relevância, vejamos o teor do dispositivo: “Art. 8º, § 1º. Para a implementação e gestão do sistema e-Notariado, o Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal deverá: I - adotar as medidas operacionais necessárias, coordenando a implantação e o funcionamento dos atos notariais



eletrônicos, emitindo certificados eletrônicos; II - estabelecer critérios e normas técnicas para a seleção dos tabelionatos de notas autorizados a emitir certificados eletrônicos para a lavratura de atos notariais eletrônicos; III - estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos de segurança referentes a assinaturas eletrônicas, certificados digitais e emissão de atos notariais eletrônicos e outros aspectos tecnológicos atinentes ao seu bom funcionamento”.

A alternativa B está incorreta. A capacitação dos notários credenciados para a emissão de certificados eletrônicos, segundo as diretrizes do Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal, será realizada pelas seccionais do Colégio Notarial do Brasil, nos moldes do art. 8º, § 2º, do Provimento 100/2020 do CNJ.

A alternativa C está incorreta. Tal incumbência é do Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (e não do CNJ), prevista no art. 8º, § 1º, III, do Provimento 100/2020 do CNJ.

A alternativa D está incorreta. De fato, o Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal poderá ser ressarcido dos custos pelos delegatários, interinos e interventores aderentes à plataforma eletrônica na proporção dos serviços utilizados (art. 8º, § 3º, do Provimento 100/2020 do CNJ). A normativa aplicável, entretanto, não é estabelecida pelas Corregedorias Estaduais, como menciona a alternativa, mas, sim, pelo próprio Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal.

QUESTÃO 10. Segundo o Provimento no 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar:

a) As autoridades judiciárias, desde que autorizadas por portaria do Conselho Nacional de Justiça, terão acesso às funcionalidades do e-Notariado, de acordo com o perfil que lhes for atribuído no sistema.

b) O acesso ao e-Notariado será feito com assinatura digital, por certificado digital notariado, nos termos da MP no 2.200-2/2001 ou, quando possível, por biometria.

c) Os usuários externos poderão acessar o e-Notariado mediante cadastro prévio, desde que o acesso seja feito com certificado digital expedido no âmbito da ICP-Brasil, para conferir a autenticidade de ato em que tenham interesse.

d) Para a assinatura de atos notariais eletrônicos, poderá, a critério do tabelião, ser realizada videoconferência notarial para captação do consentimento das partes sobre os termos do ato jurídico e sobre a concordância com o ato notarial.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

A questão cobrou o conhecimento sobre o Provimento 100/2020 do CNJ.

A alternativa A está incorreta. O Provimento 100/2020 do CNJ já autoriza o acesso das autoridades judiciárias às funcionalidades do e-Notariado de acordo com o perfil que lhes for atribuído ao sistema. Não há necessidade de edição de portaria do Conselho Nacional de Justiça para tanto. Neste sentido, dispõe o art. 9º, § 1º: “As autoridades judiciárias e os usuários internos terão acesso às funcionalidades do e-Notariado de acordo com o perfil que lhes for atribuído no sistema”.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do art. 9º, *caput*, do Provimento 100/2020 do CNJ.

A alternativa C está incorreta. Para que os usuários externos acessem o e-Notariado, apesar de ser exigido o cadastro prévio, não há necessidade de assinatura eletrônica. É o que preconiza o art. 9º, § 2º, do Provimento 100/2020 do CNJ: “Os usuários externos poderão acessar o e-Notariado mediante cadastro prévio, sem assinatura eletrônica, para conferir a autenticidade de ato em que tenham interesse”.

A alternativa D está incorreta. Não há discricionariedade do tabelião quanto à realização da videoconferência notarial para captação do consentimento das partes. Trata-se de uma obrigação, prevista no art. 9º, § 3º, do Provimento 100/2020 do CNJ, a seguir transcrito: “Para a assinatura de atos notariais eletrônicos é imprescindível a realização de videoconferência notarial para captação



do consentimento das partes sobre os termos do ato jurídico, a concordância com o ato notarial, a utilização da assinatura digital e a assinatura do Tabelião de Notas com o uso de certificado digital, segundo a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP”.

QUESTÃO 11. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.

- a) O tabelião que infringir os deveres de sua função responderá somente pessoal e civilmente pelos danos causados.
- b) É vedada a distribuição de ficha-padrão para fins de reconhecimento de firma em estabelecimentos como imobiliárias e de revenda de veículos, mas é permitido o preenchimento por pessoas não vinculadas ao delegatário.
- c) O tabelião que infringir os deveres de sua função responderá pessoal, penal e civilmente pelos danos causados.
- d) Aos tabeliões de notas é vedado efetuar desconto de emolumentos pela lavratura de escrituras de alienação e oneração de bens imóveis, mas é permitido o pagamento de comissão a corretores para fins de captação do serviço notarial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata da responsabilidade jurídica do tabelião de notas.

A alternativa A está incorreta. De acordo com a CNNR: "Art. 15 – O Tabelião que infringir os deveres de sua função responderá pessoal, penal e civilmente pelos danos causados."

A alternativa B está incorreta. O preenchimento por pessoas não vinculadas ao delegatário também é proibido. De acordo com a CNNR: "Art. 16 – É vedada a distribuição de ficha-padrão para fins de reconhecimento de firma em estabelecimentos comerciais (imobiliárias, revenda de veículos e outros); bem como é vedado o preenchimento por pessoas não vinculadas ao delegatário."

A alternativa C está correta. De acordo com a CNNR: "Art. 15 – O Tabelião que infringir os deveres de sua função responderá pessoal, penal e civilmente pelos danos causados."

A alternativa D está incorreta porque o pagamento de comissão também é vedado: "Art. 17 – É vedado efetuar desconto de emolumentos ou pagamento de comissão para fins de captação de serviço notarial."

QUESTÃO 12. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre as escrituras públicas relativas a imóveis, assinale a alternativa correta.

- a) Nas escrituras relativas a imóveis, consignar-se-á a apresentação da certidão de inteiro teor da matrícula e a certidão de ônus reais e de ações reais e/ou pessoais reipersecutórias relativas ao imóvel, expedidas pelo Registro de Imóveis competente, cujo prazo de validade, para esse fim, será de 20 (vinte) dias.
- b) Nas escrituras relativas a imóveis rurais, será facultativa a apresentação ao tabelião de notas do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, com a prova de quitação do Imposto Territorial Rural – ITR referente aos cinco últimos exercícios, que serão exigidos apenas no momento do Registro.
- c) Nas escrituras relativas a imóveis consignar-se-á o pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação, quando incidente sobre o ato, ou o reconhecimento da exoneração pela autoridade fazendária, nos casos de imunidade, isenção ou não incidência, exceto nos casos em que a lei ou ato administrativo da Secretaria da Fazenda dispense o reconhecimento da desoneração, cuja guia física ficará arquivada pelo prazo mínimo de vinte



(20) anos; após cinco (05) anos poderá ser eliminada a guia física, desde que mantida arquivada em meio eletrônico (digitalização).

d) Nas escrituras relativas a imóveis urbanos, serão exigidas as certidões referentes aos tributos incidentes sobre o imóvel, quando houver transferência de domínio, não cabendo dispensa pelo adquirente.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**.

A questão cobrou o conhecimento dos dispositivos da Subseção II - Das Disposições Relativas a Imóveis e da Subseção III - Das Disposições Relativas a Imóveis Rurais, ambas inseridas na Seção II - da Escritura Pública, do Título VI - Do Tabelionato de Notas) da Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL).

A alternativa A está incorreta, pois o prazo de validade é de 30 (trinta) anos. É o que consta do Art. 27, III: "Art. 27. Nas escrituras relativas a imóveis, consignar-se-á, ainda: (...) III - a certidão de inteiro teor da matrícula e a certidão de ônus reais e de ações reais e/ou pessoais reipersecutórias relativa ao imóvel, expedidas pelo Registro de Imóveis competente, cujo prazo de validade, para este fim, será de 30 (trinta) dias".

A alternativa B está incorreta. A apresentação ao tabelião de notas do CCIR, com a prova de quitação do ITR referente aos cinco últimos exercícios é obrigatória e ocorrerá antes da prática do ato pelo tabelião. Neste sentido, é o teor do art. 48, *caput* e §§ 5º e 6º do Título VI do Código de Normas de Alagoas. *In verbis*: "Art. 48 – Para a prática dos atos de transmissão, alienação ou oneração previstos nos arts. 167 e 168 da Lei no 6.015, relacionados a imóveis rurais, é obrigatória a comprovação do pagamento do ITR, referente aos cinco últimos exercícios. (...) § 5º - Sem apresentação do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, não poderão os proprietários, sob pena de nulidade, desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda imóveis rurais. § 6º - A apresentação do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, exigida no parágrafo anterior, far-se-á, sempre, acompanhada da prova de quitação do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, correspondente aos últimos cinco exercícios, ressalvados os casos de inexigibilidade e dispensa previstos no art. 20 da Lei no. 9.393, de 19-12-1996".

A alternativa C está correta, pois reproduz a literalidade do art. 27, I. Vejamos: "Art. 27 – Nas escrituras relativas a imóveis consignar-se-á, ainda: I – o pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação, quando incidente sobre o ato, ou o reconhecimento da exoneração pela autoridade fazendária, nos casos de imunidade, isenção ou não incidência, exceto nos casos em que a lei ou ato administrativo da Secretaria da Fazenda dispense o reconhecimento da desoneração, cuja guia física ficará arquivada pelo prazo mínimo de vinte (20) anos; após cinco (05) anos poderá ser eliminada a guia física, desde que mantida arquivada em meio eletrônico (digitalização)".

A alternativa D está incorreta. O art. 27, II, "a" faculta, expressamente, a dispensa das certidões referentes aos tributos incidentes sobre o imóvel pelo adquirente, hipótese na qual responderá pelo pagamento dos débitos fiscais existentes. Assim dispõe o artigo: "Art. 27 – Nas escrituras relativas a imóveis consignar-se-á, ainda: (...) II - as certidões fiscais, assim qualificadas: a) em relação aos imóveis urbanos, as referentes aos tributos incidentes sobre o imóvel, quando houver transferência de domínio, podendo ser dispensadas pelo adquirente, que, nesse caso, responderá pelo pagamento dos débitos fiscais existentes".

QUESTÃO 13. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre imóvel rural, é correto afirmar:



- a) A aquisição por pessoa física estrangeira será livre, independentemente de qualquer autorização ou licença, se o imóvel contiver área não superior a 10 (dez) módulos.
- b) O Tabelião não poderá, sob pena de responsabilidade, lavrar escrituras de desmembramento de imóvel rural se as áreas resultantes não forem iguais ou superiores à fração mínima de parcelamento ou módulo, o que for menor, impressa no certificado de cadastro correspondente, exceto se o imóvel alienado for destinado à anexação a outro imóvel rural confinante e desde que a área remanescente seja igual ou superior à fração mínima de parcelamento.
- c) Não são aplicáveis ao arrendamento os limites, restrições e condições aplicáveis à aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, constantes na Lei Federal no 5.709/1971.
- d) A pessoa física estrangeira somente poderá adquirir imóvel rural não excedente a 60 (sessenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

A questão cobrou o conhecimento dos dispositivos da Subseção III - Das Disposições Relativas a Imóveis Rurais (Seção II - da Escritura Pública, do Título VI - Do tabelionato de Notas) da Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL).

A alternativa A está incorreta. A aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira somente será livre, prescindindo de qualquer autorização ou licença se o imóvel contiver área não superior a 3 módulos, ressalvados, no entanto, os imóveis situados em área considerada indispensável à segurança nacional, que dependerão de assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional; e Faixas de Fronteiras (art. 31 do Título VI da CNNR-CGJ/AL).

A alternativa B está correta, pois reproduz o teor do art. 29, *caput* e § 1º do Título VI da CNNR-CGJ/AL: "Art. 29. O Tabelião não poderá, sob pena de responsabilidade, lavrar escrituras de desmembramento de imóvel rural se as áreas resultantes não forem iguais ou superiores à fração mínima de parcelamento ou módulo, o que for menor, impressa no certificado de cadastro correspondente. § 1º - O disposto neste artigo não se aplica à alienação destinada, comprovadamente, à anexação a outro imóvel rural confinante e desde que a área remanescente seja igual ou superior à fração mínima de parcelamento".

A alternativa C está incorreta. O art. 30 do Título VI da CNNR-CGJ/AL prevê, expressamente, que os limites, restrições e condições aplicáveis à aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, constantes na Lei Federal no 5.709/1971, também são aplicáveis à aquisição de imóveis rurais por estrangeiros.

A alternativa D está incorreta, pois, a teor do art. 31 da Subseção III - Das Disposições Relativas a Imóveis Rurais do "a pessoa física estrangeira somente poderá adquirir imóvel rural não excedente a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua".

QUESTÃO 14. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre lavratura de escritura de inventário e partilha, assinale a alternativa correta.

- a) A renúncia de herdeiro não poderá constar na própria escritura de partilha, devendo ser formalizada em apartado, judicialmente ou por outra escritura pública.
- b) O tabelião de notas poderá lavrar escritura de inventário e partilha de bens cujas partes estejam representadas por procuração lavrada por instrumento público ou particular, desde que constem poderes específicos.
- c) Quando se tratar de partilha por direito de representação ou contemplar herdeiros da classe posterior na ordem da vocação hereditária, o tabelião de notas deverá exigir a certidão



de óbito do representado ou declaração das partes, feita sob as penas da lei, informando a data e o local em que ocorreu o óbito do representado e dos herdeiros pré-mortos.

d) A escritura pública deverá conter declaração expressa das partes e do advogado assistente ou defensor público, sob as penas da lei, de que não tramita inventário e partilha na via judicial ou, se for o caso, de que o processo está suspenso para a promoção do inventário e partilha na via extrajudicial.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**.

A questão é respondida com base na literalidade dos artigos constantes do Título VI da Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas.

A alternativa A está incorreta. A teor do art. 50 do Título VI (Tabelionato de Notas) da Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas, “a renúncia de herdeiro poderá constar na própria escritura de partilha e, se comprovada em declaração anterior, judicialmente ou por escritura pública, dispensará a presença do renunciante quando da lavratura do ato”.

A alternativa B está incorreta. O art. 49, parágrafo único, da Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas exige que a procuração com poderes específicos para representação das partes em escritura de inventário e partilha de bens seja lavrada por instrumento público (incorreto, portanto, o item ao mencionar que o instrumento pode ser público ou particular). Vejamos: “Art. 49, Parágrafo único – Admitem-se inventário e partilha extrajudiciais com viúvo(a) ou herdeiro(s) capazes, inclusive por emancipação, representado(s) por procuração formalizada por instrumento público com poderes especiais”.

A alternativa C está incorreta, pois a mera declaração das partes, ainda que feita sob as penas da lei, não é suficiente para a comprovação do óbito do representado e dos herdeiros pré-mortos. O art. 51 exige, expressamente, a certidão de óbito: “Art. 51 – Quando se tratar de partilha por direito de representação ou contemplar herdeiros da classe posterior na ordem da vocação hereditária, será exigida certidão de óbito do representado e dos herdeiros pré-mortos”.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do art. 53, parágrafo único, da Consolidação Normativa em apreço: “art. 53, parágrafo único - A escritura pública deverá conter declaração expressa das partes e do advogado assistente ou defensor público, sob as penas da lei, de que não tramita inventário e partilha na via judicial ou, se for o caso, de que o processo está suspenso para a promoção do inventário e partilha na via extrajudicial.

QUESTÃO 15. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre o testamento cerrado, assinale a alternativa correta.

a) Se o apresentante testador não fizer, por iniciativa própria, a declaração de que o documento apresentado ao tabelião é o seu testamento e dá-lo como bom, firme e valioso, bem como que deseja que seja aprovado, o tabelião de notas deve recusar, de plano, a lavratura do instrumento de aprovação.

b) O tabelião de notas poderá ler o testamento e, se constatar alguma ilegalidade, deverá, de imediato, suspender o ato de aprovação.

c) Apresentado ao tabelião de notas, na presença de pelo menos duas testemunhas, este, depois de ouvir do testador ser aquele o seu testamento, e de o afirmar como bom, firme e valioso, e declarar querer seja aprovado, iniciará, imediatamente após a última palavra do texto, o instrumento de aprovação, pela forma manuscrita ou datilografada.

d) Antes de cerrar e coser o testamento, o tabelião de notas deverá extrair uma cópia e arquivá-la na serventia.



Comentários

A resposta correta é a **letra C**.

A questão cobrou o conhecimento dos ar. 86 da Seção IV - Da Aprovação do Testamento Cerrado (do Título VI - Do Tabelionato de Notas) da Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL).

A alternativa A está incorreta. Neste caso, deverá o tabelião de notas inquirir o apresentante, a fim de obter dele a confirmação dos fatos e da vontade. É o que preconiza o art. 86, § 1º: "Se o apresentante não fizer, por iniciativa própria, aquelas declarações, o Tabelião inquiri-lo-á a fim de obter dele a confirmação dos fatos e da vontade".

A alternativa B está incorreta. Inexiste previsão nesse sentido na Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL).

A alternativa C está correta, tendo em vista que reproduz o teor do *caput* do art. 86.

A alternativa D está incorreta, pois não há previsão de extração de cópia para arquivamento na serventia. Após as assinaturas, nos moldes do § 7º do art. 86, o Tabelião passará a cerrar e coser o testamento, pingando lacre derretido nos pontos onde a linha atravessar o papel e consignará, em face externa, o nome do testador, com a advertência de importar, a abertura, na ineficácia total do ato.

QUESTÃO 16. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre a escritura pública de separação e divórcio, é correto afirmar:

a) Por ocasião da lavratura da escritura de separação ou divórcio com partilha de bens imóveis, não compete ao tabelião de notas a exigência do comprovante do pagamento do imposto de transmissão, que será exigido por ocasião da apresentação da escritura ao registro de imóveis.

b) Havendo filhos menores ou incapazes do casal, é vedada, em qualquer hipótese, a lavratura da escritura de conversão da separação judicial em divórcio consensual, com ou sem partilha de bens.

c) Havendo fundados indícios de prejuízo a um dos cônjuges ou existindo dúvida sobre a declaração de vontade, impõe-se ao tabelião de notas, após a lavratura da escritura, comunicação imediata ao Ministério Público Estadual e ao Juiz Corregedor Permanente.

d) A escritura especificará, além de outros requisitos legais, o regime matrimonial de bens, os bens comuns e a partilha, quando esta não for ressalvada para momento posterior à dissolução da sociedade conjugal ou do casamento; sobre qual das partes recairá a responsabilidade por obrigações pendentes e será atribuída a titularidade de direitos e ações, nome e data de nascimento dos filhos; o prazo de duração da obrigação alimentar; condições e critérios de atualização, e, se for o caso, a sua dispensa provisória.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**.

A questão cobrou o conhecimento do teor da Subseção V - Da Separação Consensual e do Divórcio Consensual (arts. 63 a 74) - Seção II - Da Escritura pública do Título VI - Tabelionato de Notas da Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL).

A alternativa A está incorreta. É dever do tabelião, previsto no art. 65 do Título VI - Tabelionato de Notas, exigir o comprovante de pagamento do respectivo imposto de transmissão ("Art. 65 - Na partilha de bens do casal, se houver transferência de patrimônio entre as partes, será exigido o respectivo pagamento do imposto de transmissão).



A alternativa B está incorreta. Desde que não haja nenhuma alteração do que foi convencionado e homologado na separação judicial em relação aos direitos dos filhos menores ou incapazes, admite-se a lavratura de escritura pública de conversão da separação judicial em divórcio consensual, com ou sem partilha de bens.

É o que dispõe o art. 63, § 6º: "É possível a lavratura de escritura pública de conversão da separação judicial em divórcio consensual, com ou sem partilha de bens, mesmo que existam filhos menores ou incapazes do casal, desde que não haja nenhuma alteração do que foi convencionado e homologado na separação judicial em relação aos direitos dos filhos menores ou incapazes".

A alternativa C está incorreta. O art. 65, parágrafo único, dispõe que, "havendo fundados indícios de prejuízo a um dos cônjuges ou existindo dúvida sobre a declaração de vontade, impõe-se a negativa à lavratura da escritura pública de separação ou divórcio". Não há, como se vê, previsão de comunicação ao Ministério Público, nem mesmo ao Juiz Corregedor Permanente. A CNJR-CGJ/AL impõe apenas a negativa à lavratura da escritura pública respectiva.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do art. 64: "A escritura pública de separação e divórcio especificará, além de outros requisitos legais: a) o regime matrimonial de bens; b) os bens comuns e a partilha quando esta não for ressalvada para momento posterior à dissolução da sociedade conjugal ou do casamento; c) sobre qual das partes recairá a responsabilidade por obrigações pendentes e será atribuída a titularidade de direitos e ações; d) nome e data de nascimento dos filhos; e) o prazo de duração da obrigação alimentar, condições e critérios de atualização, e, se for o caso, a sua dispensa provisória".

QUESTÃO 17. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNJR-CGJ/AL), sobre os atos relativos às transferências de embarcações, assinale a alternativa correta.

a) Os atos relativos às promessas, cessões, compra e venda e outra qualquer modalidade de transferência de propriedade de embarcações sujeitas a registro serão feitos por escritura pública, se na comarca não existir tabelionato privativo de contratos marítimos.

b) Diferentemente do que ocorre nas transferências de bens imóveis, se o outorgante for casado, independentemente do regime de bens, será dispensável o consentimento de seu cônjuge.

c) As embarcações brasileiras, inclusive as da Marinha de Guerra, serão inscritas na Capitania dos Portos ou órgão subordinado, em cuja jurisdição for domiciliado o proprietário ou armador ou onde for operar a embarcação. Será facultativo o registro da propriedade no Tribunal Marítimo, se a embarcação possuir arqueação bruta superior a cem toneladas, para qualquer modalidade de navegação.

d) Os atos relativos às promessas, cessões, compra e venda e outra qualquer modalidade de transferência de propriedade de embarcações sujeitas a registro poderão ser feitos por instrumento particular, independentemente do valor.

Comentários

A questão cobrou o conhecimento do teor dos arts. 78 a 81 da Subseção VII - Da Transferência das Embarcações (Título VI - Tabelionato de Notas) da Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNJR-CGJ/AL).

A resposta correta é a **letra A**, pois reproduz o teor do art. 78: "Os atos relativos às promessas, cessões, compra-e-venda e outra qualquer modalidade de transferência de propriedade de embarcações sujeitas a registro serão feitos por escritura pública, se na comarca não existir tabelionato privativo de contratos marítimos".

A alternativa B está incorreta, pois, à semelhança do que ocorre nas transferências de bens imóveis, é indispensável o consentimento do cônjuge, exceto se o outorgante for casado no regime da



separação total de bens. É o que dispõe o art. 80: "Se o outorgante for casado, exceto no regime da separação total de bens, é indispensável o consentimento de seu cônjuge".

A alternativa C está incorreta. As embarcações de Marinha de Guerra são expressamente excepcionadas do referido registro. Preconiza o art. 79 que "as embarcações brasileiras, exceto as da Marinha de Guerra, serão inscritas na Capitania dos Portos ou órgão subordinado, em cuja jurisdição o for domiciliado o proprietário ou armador ou onde for operar a embarcação".

A assertiva incorre, ainda, em equívoco porque o registro da propriedade no Tribunal marítimo de embarcações com arqueação bruta superior a 100 toneladas é obrigatório (e não facultativo). É o que dispõe o parágrafo único do art. 79: Será obrigatório o registro da propriedade no Tribunal Marítimo, se a embarcação possuir arqueação bruta superior a cem toneladas, para qualquer modalidade de navegação".

A alternativa D está incorreta. Referidos atos deverão ser feitos por escritura pública, se na comarca não existir tabelionato privativo de contratos marítimos. Vejamos o teor do art. 78: os atos relativos às promessas, cessões, compra-e-venda e outra qualquer modalidade de transferência de propriedade de embarcações sujeitas a registro serão feitos por escritura pública, se na comarca não existir tabelionato privativo de contratos marítimos".

QUESTÃO 18. De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), o testador pode, desde que o faça por instrumento público perante o tabelião de notas:

- a) reconhecer filho havido fora do casamento, bem como revogar o reconhecimento.**
- b) instituir bem de família, mas não lhe é permitido instituir condomínio edilício, pois este só pode ser instituído por atos entre vivos.**
- c) instituir condomínio edilício, instituir a multipropriedade imobiliária, constituir servidão e nomear tutor de seus filhos.**
- d) se houver justa causa, estabelecer cláusula inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade, mas não pode constituir servidão, pois esta somente pode ser constituída por ato entre vivos.**

Comentários

A resposta correta é a **letra C**.

A questão cobrou o conhecimento sobre temas do Código Civil que podem ser objeto de testamento lavrado pelo tabelião de notas.

A alternativa A está incorreta. A despeito de ser possível o reconhecimento de filhos havidos fora do casamento por testamento, ainda que incidentalmente manifestado, referido ato é **irrevogável**. É o que preconiza o art. 1.609 do CC: "O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito: I - no registro do nascimento; II - por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório; III - por testamento, ainda que incidentalmente manifestado; IV - por manifestação direta e expressa perante o juiz, ainda que o reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém".

A alternativa B está incorreta. De fato, o bem de família pode ser instituído mediante testamento, na forma do art. 1.711 do CC: "Art. 1.711. Podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial".

O erro, contudo, está na parte final da assertiva, pois, a teor do art. 1.332 do CC, o condomínio edilício pode ser instituído por ato entre vivos ou testamento. Vejamos: "Art. 1.332. Institui-se o condomínio edilício por ato entre vivos ou testamento, registrado no Cartório de Registro de Imóveis, devendo constar daquele ato, além do disposto em lei especial: (...)".



A alternativa C está correta. O art. 1.332 do CC, como mencionado na alternativa B, permite a instituição do condomínio edilício tanto por ato *inter vivos* (escritura pública) quanto por ato *causa mortis* (testamento). "Art. 1.332. Institui-se o condomínio edilício por ato entre vivos ou testamento, registrado no Cartório de Registro de Imóveis, devendo constar daquele ato, além do disposto em lei especial: (...)".

A multipropriedade imobiliária, na forma do art. 1.358-F do CC, institui-se "por ato entre vivos ou testamento, registrado no competente cartório de registro de imóveis, devendo constar daquele ato a duração dos períodos correspondentes a cada fração de tempo".

De igual modo, também pode a servidão ser constituída pelo testador perante instrumento público perante o tabelião de notas. É o que preconiza o art. 1.378 do CC: "A servidão proporciona utilidade para o prédio dominante, e grava o prédio serviente, que pertence a diverso dono, e constitui-se mediante declaração expressa dos proprietários, ou por testamento, e subsequente registro no Cartório de Registro de Imóveis".

Por fim, tem-se a nomeação de tutor, que, nos moldes do parágrafo único do art. 1.729 do CC, deve constar de testamento ou de qualquer outro documento autêntico. Vejamos: "Art. 1.729. O direito de nomear tutor compete aos pais, em conjunto. Parágrafo único. A nomeação deve constar de testamento ou de qualquer outro documento autêntico".

A alternativa D está incorreta. Havendo justa causa declarada no testamento, é permitido ao testador instituir cláusula de inalienabilidade, de impenhorabilidade e de incomunicabilidade sobre os bens da legítima (art. 1.848 do CC).

Errada, entretanto, a parte final do item, já que a servidão também pode ser instituída pela via testamentária, nos moldes do art. 1.378 do CC, a seguir transcrito: "A servidão proporciona utilidade para o prédio dominante, e grava o prédio serviente, que pertence a diverso dono, e constitui-se mediante declaração expressa dos proprietários, ou por testamento, e subsequente registro no Cartório de Registro de Imóveis".

QUESTÃO 19. De acordo com o Código Civil (Lei no 10.406/2002), assinale a alternativa correta sobre o testamento público.

- a) Não é permitido que o tabelião de notas escreva o testamento manualmente, pois a escrita manual pode dificultar a leitura da real declaração de vontade do testador.
- b) Após a sua lavratura, deve ser lido em voz alta pelo tabelião de notas ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo, ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do tabelião.
- c) A pessoa inteiramente surda não pode testar por instrumento público, pois é requisito essencial para validade do ato a leitura do testamento pelo tabelião para permitir que o testador verifique se as disposições testamentárias estão conforme a sua vontade.
- d) Se o testador não souber, ou não puder assinar, o tabelião de notas assim o declarará e assinará o testamento substituindo a assinatura do testador.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

A questão cobrou o conhecimento sobre o Testamento Público, notadamente, sobre os dispositivos 1.864 a 1.867 do Código Civil.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que consta na assertiva, o Código Civil permite, expressamente, que o tabelião escreva o testamento manualmente. É o que consta do art. 1.864, parágrafo único: "O testamento público pode ser escrito **manualmente ou mecanicamente**, bem como ser feito pela inserção da declaração de vontade em partes impressas de livro de notas, desde que rubricadas todas as páginas pelo testador, se mais de uma".

A alternativa B está correta. Trata-se de requisito essencial do testamento público, previsto no art. 1.864, II, do CC: "Art. 1.864. São requisitos essenciais do testamento público: I - ser escrito por



tabelião ou por seu substituto legal em seu livro de notas, de acordo com as declarações do testador, podendo este servir-se de minuta, notas ou apontamentos; II - lavrado o instrumento, ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo; ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do oficial; III - ser o instrumento, em seguida à leitura, assinado pelo testador, pelas testemunhas e pelo tabelião".

A alternativa C está incorreta. Dispõe o art. 1.866 do CC que "o indivíduo inteiramente surdo, sabendo ler, lerá o seu testamento, e, se não o souber, designará quem o leia em seu lugar, presentes as testemunhas". Assim, em que pese seja requisito essencial do testamento público a leitura do instrumento pelo tabelião, não há óbice a que a pessoa inteiramente surda teste por esta via, na forma do art. 1.866.

A alternativa D está incorreta. A assinatura do tabelião de notas, neste caso, não visa substituir a do testador. Na verdade, o tabelião assinará **em nome do testador**, conforme preconiza o art. 1.865 do CC: "Se o testador não souber, ou não puder assinar, o tabelião ou seu substituto legal assim o declarará, **assinando, neste caso, pelo testador**, e, a seu rogo, uma das testemunhas instrumentárias".

QUESTÃO 20. Assinale a alternativa correta.

a) De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ-AL), em obediência ao princípio da literalidade, todos os títulos ou documentos de dívida serão protestados somente pelos valores neles estampados, não se admitindo qualquer tipo de acréscimo como ^{SEP}juros ou atualização monetária.

b) Por se tratar de intimação ficta, o tabelião de protesto somente promoverá a intimação por edital se autorizado pelo credor apresentante do título.

c) A remessa da intimação do protesto somente poderá ser realizada por portador do próprio tabelião.

d) O contrato de câmbio, desde que protestado, constitui instrumento para requerer a ação executiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata de pagamento no tabelionato de protesto.

A alternativa a) está incorreta, já que se admite que, ao valor estampado no título, sejam acrescidas outras quantias, como juros de mora, atualização monetária, encargos expressamente previstos etc. Nesse sentido, dispõe a Lei do Protesto (Lei nº 9.492/97): tratando-se de títulos ou documentos de dívida sujeitos a qualquer tipo de correção, o pagamento será feito pela conversão vigorante no dia da apresentação, no valor indicado pelo apresentante (art. 11); em caso de título ou documento de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, o pagamento será feito em moeda corrente nacional, cumprindo ao apresentante a conversão na data de apresentação do documento para protesto (art. 10). No Estado de Alagoas, o Código de Normas autoriza expressamente que o valor do documento inclua esses acréscimos (art. 18, §2º, do CNNR-CGJ-AL). Soma-se a isso o fato de que o princípio da literalidade não é aplicável aos documentos de dívida, mas, tão-só, aos títulos de crédito.

A alternativa b) está incorreta, eis que a intimação por edital tem cabimento nos casos em que a pessoa indicada para pagar (art. 15, da Lei nº 9.492/97): for desconhecida; se localizar em lugar incerto ou ignorado; for residente ou domiciliado fora da competência territorial do tabelionato; ninguém se dispuser a receber a intimação no endereço fornecido pelo apresentante.

A alternativa c) está incorreta, tendo em vista que a remessa poderá ser feita por portador do próprio tabelião, ou por qualquer outro meio, desde que o recebimento fique assegurado e comprovado



através de protocolo, aviso de recepção (AR) ou documento equivalente (art. 14, §1º, da Lei nº 9.492/97).

A alternativa d) está correta, nos exatos termos do art. 75, caput, da Lei nº 4.728/1965, que dispõe, in verbis: “O contrato de câmbio, desde que protestado por oficial competente para o protesto de títulos, constitui instrumento bastante para requerer a ação executiva”. Assim, com a comprovação do inadimplemento, que ocorre pelo protesto (art. 1º da Lei nº 9.492/97), o credor poderá ingressar com a execução para receber o seu crédito, que, necessariamente, é líquido, certo e exigível.

QUESTÃO 21. De acordo com o Decreto-Lei nº 167/1967, assinale a alternativa correta em relação à dispensa do protesto para fins de assegurar o direito de regresso contra endossantes e seus avalistas.

a) O protesto é dispensável no caso da cédula de crédito rural, da nota promissória rural e da duplicata rural.

b) O protesto é dispensável somente no caso da cédula de crédito rural e da nota promissória rural.

c) O protesto é dispensável somente no caso da cédula de crédito rural e da duplicata rural.

d) O protesto é dispensável somente no caso da cédula de crédito rural.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata do protesto facultativo.

Primeiramente, recorde-se que o protesto, quanto aos seus efeitos, pode ser necessário ou facultativo. Necessário (obrigatório ou conservativo) é aquele sem o qual o portador do título cambial perde o direito de regresso contra os demais coobrigados pela dívida (avalistas e endossantes); sendo o caso, por exemplo, do que ocorre com as duplicatas (art. 13, §2º, da Lei nº 5.474/1968). Diz-se facultativo (ou dispensado), ao revés, o protesto que não constitui pressuposto para a ação regressiva contra os demais coobrigados, tendo por finalidade precípua dar publicidade ao inadimplemento.

A alternativa a) está correta. Conforme o DL nº 167/1967: “Aplicam-se à cédula de crédito rural, à nota promissória rural e à duplicata rural, no que forem cabíveis, as normas de direito cambial, inclusive quanto ao aval, dispensado porém o protesto para assegurar o direito de regresso contra endossantes e seus avalistas” (art. 60, caput)

A alternativa b) está incorreta, pelos motivos expostos no comentário à alternativa a).

A alternativa c) está incorreta, pelos motivos expostos no comentário à alternativa a).

A alternativa d) está incorreta, pelos motivos expostos no comentário à alternativa a).

QUESTÃO 22. Assinale a alternativa correta.

a) Somente títulos executivos extrajudiciais são passíveis de protesto.

b) O tabelião de protesto deverá expedir intimação ao devedor ou sacado decorridos três dias úteis, contados da protocolização.

c) O prazo para o tabelião expedir certidão de protesto é de, no máximo, sete dias úteis.

d) Para fins de protesto, a praça de pagamento das duplicatas escriturais, cuja emissão foi regulada pela Lei nº 13.775/2018, deverá coincidir com o domicílio do devedor, salvo convenção expressa entre as partes que demonstre concordância inequívoca do devedor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do protesto de títulos executivos.

A alternativa A está incorreta, já que é admitido o protesto de títulos executivos judiciais. Os títulos executivos constituem documentos representativos de dívida líquida (com valor determinado), certa (não há dúvida razoável quanto à sua existência) e exigível (já pode ser cobrada), além de haver



expressa previsão legal. Eles podem ser extrajudiciais (art. 784 do CPC) ou judiciais (art. 515 do CPC). O CPC conta com previsão expressa quanto ao protesto do título executivo judicial, dispondo que: Art. 517. A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário previsto no art. 523. § 1º Para efetivar o protesto, incumbe ao exequente apresentar certidão de teor da decisão. § 2º A certidão de teor da decisão deverá ser fornecida no prazo de 3 (três) dias e indicará o nome e a qualificação do exequente e do executado, o número do processo, o valor da dívida e a data de decurso do prazo para pagamento voluntário. § 3º O executado que tiver proposto ação rescisória para impugnar a decisão exequenda pode requerer, a suas expensas e sob sua responsabilidade, a anotação da propositura da ação à margem do título protestado. § 4º A requerimento do executado, o protesto será cancelado por determinação do juiz, mediante ofício a ser expedido ao cartório, no prazo de 3 (três) dias, contado da data de protocolo do requerimento, desde que comprovada a satisfação integral da obrigação.

A alternativa B está incorreta, posto que o prazo de 3 dias úteis se refere à lavratura e registro do protesto. Conforme dispõe a Lei do Protesto (Lei nº 9.492/97): o protesto será registrado dentro de três dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida (art. 12, caput). A intimação, na realidade, deve ser expedida, se possível, imediatamente à protocolização do título. Quando a intimação for efetivada excepcionalmente no último dia do prazo ou além dele, por motivo de força maior, o protesto será tirado no primeiro dia útil seguinte (art. 13). A ideia é justamente possibilitar que o devedor possa realizar o pagamento antes do término do tríduo legal, dando-lhe ciência de que tem obrigações a serem cumpridas, sob pena de protesto.

A alternativa C está incorreta, já que o prazo para expedição de certidões é de, no máximo, 5 dias úteis (art. 27, caput, da Lei de Protesto).

A alternativa D está correta, consistindo, praticamente, em reprodução do art. 12, §3º, da Lei das Duplicatas Escriturais (Lei nº 13.775/2018), que dispõe: “Para fins de protesto, a praça de pagamento das duplicatas escriturais de que trata o inciso VI do §1º da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, deverá coincidir com o domicílio do devedor, segundo a regra geral do § 1º do art. 75 e do art. 327 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), salvo convenção expressa entre as partes que demonstre a concordância inequívoca do devedor.

QUESTÃO 23. De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa correta

- a) Permite-se a tirada do protesto por falta de aceite após o vencimento da obrigação.**
- b) É vedado o protesto por motivo de falta de pagamento de letra de câmbio contra sacado não aceitante.**
- c) Não havendo o pagamento do título nem sustação judicial ou desistência do credor, o tabelião, se não constatar ^[11]_{SEMPRE} qualquer irregularidade formal, deverá tirar o protesto dentro do prazo de dez dias úteis, contados do recebimento da intimação.**
- d) Após recebida a intimação, é permitida ao credor a desistência do procedimento do protesto somente se houver anuência do devedor.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata da classificação do protesto quanto ao motivo.

A alternativa A está incorreta, já que “após o vencimento, o protesto SEMPRE será efetuado por falta de pagamento, vedada a recusa da lavratura e registro do protesto não previsto na lei cambial” (art. 21, §2º, da Lei nº 9.492/1997).

A alternativa B está correta, nos exatos termos do §5º do art. 21 da Lei nº 9.492/1997, que dispõe: “Não se poderá tirar protesto por falta de pagamento de letra de câmbio contra o sacado não aceitante”.



A alternativa C está incorreta, conforme dispõe o art. 20 da Lei nº 9.492/97, in verbis: “Esgotado o prazo previsto no art. 12 [de 3 dias úteis], sem que tenha ocorrido as hipóteses dos Capítulos VII [desistência ou sustação do protesto] e VIII [pagamento], o tabelião lavrará e registrará o protesto, sendo o respectivo instrumento entregue ao apresentante”.

A alternativa D está incorreta e induz o candidato a realizar analogia com o que ocorre no processo civil. No procedimento de protesto, o apresentante poderá retirar o título ou documento de dívida até a lavratura do protesto (art. 16 da Lei nº 9.492/97).

QUESTÃO 24. De acordo com o Provimento nº 86/2019 da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o pagamento dos emolumentos e demais acréscimos legais quando da apresentação para protesto de títulos e documentos de dívida.

a) Nas localidades onde houver mais de um tabelionato de protesto, o depósito ou pagamento dos emolumentos e demais acréscimos legais destinados aos órgãos de distribuição devem ser feitos previamente, independentemente da data de vencimento do título ou documento de dívida.

b) Nenhum valor de emolumentos será devido se houver pedido de desistência do procedimento do protesto pelo apresentante ou pelo exame do título ou documento de dívida devolvido ao apresentante por motivo de irregularidade formal.

c) A apresentação para protesto feita por qualquer pessoa física independe de depósito ou pagamento prévio dos emolumentos e dos demais acréscimos legais e despesas ao tabelião ou ao serviço de distribuição, desde que o vencimento não ultrapasse o prazo de um ano no momento da apresentação.

d) A apresentação para protesto feita por qualquer pessoa física independe de depósito ou pagamento prévio apenas dos emolumentos pertencentes ao tabelião, sendo necessário o depósito ou pagamento prévio dos acréscimos legais e das demais despesas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do pagamento postergado dos emolumentos no tabelionato de protesto (Provimento CNJ nº 86/2019).

A alternativa A está incorreta, já que os valores devidos aos Órgãos de distribuição serão, independentemente de depósito prévio, aqueles constantes da tabela de emolumentos e as despesas reembolsáveis vigentes na data: i) da protocolização, quando da desistência do pedido de protesto, do pagamento elisivo, do protesto ou do aceite ou devolução de devedor; ii) do pedido de cancelamento do registro do protesto ou da recepção de ordem judicial para a sustação ou cancelamento definitivo do protesto ou de seus efeitos (art. 2º, caput c/c §2º, do Provimento CNJ nº 86/2019).

A alternativa B está incorreta, visto que só não haverá a cobrança de emolumentos no caso de devolução do título ao apresentante por motivo de irregularidade formal (art. 3º do Provimento CNJ nº 86/2019). No caso de desistência, o valor a ser pago a título de emolumentos serão aqueles constantes na tabela estadual de emolumentos acrescidos das despesas reembolsáveis vigentes na data da protocolização (art. 2º, I, do Provimento CNJ nº 86/2019).

A alternativa C está correta, já que a apresentação para protesto feita por qualquer pessoa física independe de depósito ou pagamento prévio dos emolumentos e dos demais acréscimos legais e despesas ao tabelião ou ao serviço de distribuição, desde que o vencimento não ultrapasse o prazo de um ano no momento da apresentação (art. art. 2º, caput c/c §1º, do Provimento CNJ nº 86/2019).

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que o ato normativo do CNJ não faz tal distinção, sendo que a apresentação de título a protesto feita por pessoa física, quando o vencimento do título ou documento não ultrapasse o prazo de 1 ano, independe do pagamento do valor de quaisquer



quantias, e não somente das parcelas devidas ao tabelião, como visto no comentário à alternativa C.

QUESTÃO 25. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre a averbação da alteração do prenome, do gênero ou de ambos, à adequação da identidade de transgênero, é correto afirmar:

a) A alteração poderá ser desconstituída a qualquer tempo, mediante requerimento firmado pelo interessado, com firma reconhecida, apresentado ao oficial do registro civil das pessoas naturais onde o assento foi lavrado, independentemente de autorização judicial ou administrativa.

b) Toda pessoa maior de 18 anos completos habilitada à prática de todos os atos da vida civil poderá requerer ao ofício do RCPN a alteração e a averbação do prenome e do gênero no registro de nascimento, a fim de adequá-los à identidade autopercebida, independentemente de autorização judicial.

c) O atendimento do pedido de alteração do prenome e sexo de transgênero apresentado ao registrador depende de prévia autorização judicial ou da comprovação de realização de cirurgia de redesignação sexual e/ou apresentação de laudo médico ou psicológico.

d) O requerimento será assinado pela pessoa requerente na presença do oficial de registro civil das pessoas naturais exclusivamente no local do registro de nascimento onde será realizada a averbação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com artigo 98, caput, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNNR-CGJ/AL: “Art. 98 – Toda pessoa maior de 18 anos completos habilitada à prática de todos os atos da vida civil poderá requerer ao ofício do RCPN a alteração e a averbação do prenome e do gênero no registro de nascimento, a fim de adequá-los à identidade autopercebida, independentemente de autorização judicial.

A alternativa A está incorreta. A alteração poderá ser desconstituída na via administrativa, mediante autorização do Juiz de Direito Corregedor Permanente, ou ainda na via judicial, conforme artigo 98, § 3º, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNNR-CGJ/AL: “§ 3º - A alteração referida no caput poderá ser desconstituída na via administrativa, mediante autorização do Juiz de Direito Corregedor Permanente, ou ainda na via judicial.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com artigo 100, § 1º, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNNR-CGJ/AL, não há tais condições: “§ 1º - O atendimento do pedido apresentado ao registrador independe de prévia autorização judicial ou da comprovação de realização de cirurgia de redesignação sexual e/ou de tratamento hormonal ou patologizante, assim como de apresentação de laudo médico ou psicológico;”

A alternativa D está incorreta. De acordo com artigo 100, § 3º, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNNR-CGJ/AL, não há tais condições: “§ 3º - O requerimento será assinado pela pessoa requerente na presença do registrador do RCPN, indicando a alteração pretendida;”. Vale destacar que o requerimento poderá ser feito junto a qualquer Registro Civil das Pessoas Naturais do país, conforme artigo 99 da CNNR-CGJ/AL: “Art. 99 – O requerimento poderá ser feito junto a qualquer Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado, que encaminhará o pedido ao Registro Civil do local do registro de nascimento para realização da averbação e anotações, via malote digital ou Central do Registro Civil-CRC.”

QUESTÃO 26. De acordo com a Lei de Registros Públicos, nascendo morta a criança, ou morrendo na ocasião do parto, considere as seguintes afirmações:



I. Nascendo morta a criança, ou morrendo na ocasião do parto, far-se-á o assento no Livro C-Auxiliar, com os elementos adequados.

II. Nascendo morta, far-se-á um único assento no Livro “C Auxiliar”, de registro de natimortos, podendo, a critério do declarante, ser lançado o nome do natimorto.

III. Morrendo a criança na ocasião do parto, mas se respirou, efetuar-se-ão os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com remissões recíprocas.

IV. Nos óbitos fetais a Declaração de Óbito (DO) somente será aceita pelo oficial do registro civil das pessoas naturais se constar que o feto tem peso corporal igual ou superior a 500 (quinhentos) gramas e/ou estatura igual ou superior a 25 (vinte e cinco) centímetros.

Estão corretas apenas

a) I e III.

b) I e II.

c) I, II e IV.

d) II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Os Itens II e III estão corretos.

O Item I está incorreto. De acordo com artigo 53, caput, da Lei 6.015/1973: “Art. 53. No caso de ter a criança nascido morta ou no de ter morrido na ocasião do parto, será, não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito.”

No mesmo sentido é o artigo 105, caput, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNR-CGJ/AL: “Art. 105 - Nascendo morta a criança, ou morrendo na ocasião do parto, far-se-á o assento com os elementos adequados e com remissão ao do óbito.”

O Item II está correto. De acordo com artigo 53, § 1º, da Lei 6.015/1973: “§ 1º No caso de ter a criança nascido morta, será o registro feito no livro “C Auxiliar”, com os elementos que couberem.”

No mesmo sentido, é o artigo 105, §§ 1º e 3º, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNR-CGJ/AL: “§1º - Nascendo morta, realizar-se-á o registro no Livro “C Auxiliar”. (...) § 3º - No registro no Livro C Auxiliar, poderá, a critério do declarante, ser lançado o nome do natimorto.”

O Item III está correto. De acordo com artigo 53, § 2º, da Lei 6.015/1973: “§ 2º No caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, serão feitos os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas.”

No mesmo sentido é o artigo 105, § 2º, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNR-CGJ/AL: “§ 2º - Morrendo na ocasião do parto, mas se respirou, efetuar-se-ão os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com remissões recíprocas.”

O Item IV está incorreto. Não há tal condição na Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73). O que expõe o presente item é norma sobre a necessidade (ou não) de expedição da Declaração de Óbito, segundo determinações do Conselho Federal de Medicina, aplicável aos estabelecimentos de saúde.

QUESTÃO 27. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNR-CGJ/AL), considere as seguintes afirmações sobre o registro de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais:

I. O assento de nascimento de indígena não integrado é facultativo, e sua inscrição far-se-á no Livro “A”.

II. O RANI – Registro Administrativo de Nascimento Indígena – apresentado pelo declarante ou pelo próprio registrando é documento hábil para proceder ao registro civil, sempre que contiver todos os elementos necessários para o registro de nascimento.



III. Todo o assento de nascimento de indígena realizado pelo registrador deverá ser, imediatamente, comunicado à FUNAI, para as providências necessárias ao registro administrativo, caso ainda não tenha sido feito.

IV. Não se registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores, todavia, deve o oficial do registro civil considerar a identidade étnica do registrando, que poderá ser lançada como sobrenome, a pedido do interessado.

Estão corretas

a) I, II e IV, somente.

b) I e III, somente.

c) I, II, III e IV.

d) I e II, somente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Todos os itens estão corretos.

O Item I está correto. De acordo com artigo 79 do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNR-CGJ/AL: “Art. 79 – O assento de nascimento de indígena não integrado no Registro Civil das Pessoas Naturais é facultativo.”

O Item II está correto. De acordo com artigo 78, § 1º, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNR-CGJ/AL: “§ 1º - O RANI – Registro Administrativo de Nascimento Indígena – apresentado pelo declarante ou pelo próprio registrando é documento hábil para proceder ao registro civil, sempre que contiver todos os elementos necessários para o registro de nascimento.”

O Item III está correto. De acordo com artigo 81, § 6º, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNR-CGJ/AL: “§ 6º - O oficial deverá comunicar imediatamente à FUNAI o assento de nascimento do indígena, para as providências necessárias ao registro administrativo.”

O Item IV está correto. De acordo com artigos 80 e 81, § 1º, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNR-CGJ/AL: “Art. 80 – Não se registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores, todavia, devem os registradores considerar a identidade étnica do registrando.” e “Art. 81. (...0 § 1º - No caso de registro de indígena, a etnia do registrando pode ser lançada como sobrenome, a pedido do interessado.”

QUESTÃO 28. De acordo com o Provimento nº 63/2017 da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a inclusão do número do CPF nos assentamentos do registro civil das pessoas naturais.

a) O CPF será obrigatoriamente incluído nas certidões de nascimento, casamento e óbito.

b) Se o sistema para a emissão do CPF estiver indisponível, o oficial adiará o registro para o dia seguinte.

c) Estando o sistema indisponível, o oficial designará nova data para a lavratura do registro, intimando o interessado no ato.

d) Por solicitação verbal do interessado, poderá ser averbado o número do CPF nos assentos de nascimento, casamento e óbito, lavrados em data anterior à vigência do Provimento, mediante pagamento de emolumentos correspondentes à averbação sem valor declarado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

De acordo com artigo 6º, caput, do Provimento nº 63/2017 do CNJ: “Art. 6º - O CPF será obrigatoriamente incluído nas certidões de nascimento, casamento e óbito.”

As alternativas B e C estão incorretas. De acordo com artigo 6º, § 1º, do Provimento nº 63/2017 do CNJ: “§ 1º - Se o sistema para a emissão do CPF estiver indisponível, o registro não será obstado, devendo o oficial averbar, sem ônus, o número do CPF quando do reestabelecimento do sistema.”



A alternativa D está incorreta. De acordo com artigo 6º, § 2º, do Provimento nº 63/2017 do CNJ: “§ 2º - Nos assentos de nascimento, casamento e óbito lavrados em data anterior à vigência deste provimento, poderá ser averbado o número de CPF, de forma gratuita, bem como anotados o número do DNI ou RG, título de eleitor e outros dados cadastrais públicos relativos à pessoa natural, mediante conferência”; ou seja, a averbação realizada pelo Registrador e/ou preposto ocorrerá “ex-offício”, independentemente de requerimento, seja verbal ou escrito.

QUESTÃO 29. Assinale a alternativa correta quanto à inclusão dos nomes dos genitores, não casados entre si, no registro de nascimento.

- a) É possível, bastando que compareça apenas o pai, independentemente de comparecimento ou declaração da genitora, desde que esteja munido do seu documento de identidade e indique o nome completo da mãe e dos avós maternos da criança.
- b) É possível, desde que os dois compareçam, pessoalmente ou por meio de procurador com poderes específicos, ao Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais, para realizar o assento.
- c) É possível, bastando que compareça apenas a mãe, independentemente de comparecimento ou declaração do genitor, desde que esteja munida do seu documento de identidade e indique o nome completo do pai e dos avós paternos da criança.
- d) É possível, bastando que um dos genitores compareça e apresente procuração ou anuência, necessariamente lavrados por instrumento público, vedado o instrumento particular.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com artigo 72, § 2º, alínea ‘a’, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNJR-CGJ/AL: “§2º - O nome dos(as) genitores(as) constará no registro, desde que: a) os(as) dois (duas) compareçam, pessoalmente ou através de procurador com poderes específicos, ao Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais, para a realização do assento; “

As alternativas A e C estão incorretas. De acordo com artigo 72, § 2º, alínea ‘b’, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNJR-CGJ/AL: “§2º - O nome dos(as) genitores(as) constará no registro, desde que: (...) b) compareça um(a) dos(as) genitores(as), independentemente de comparecimento ou declaração do(a) outro(a) genitor(a), munido(a) do seu documento de identidade original e da Declaração de Nascido Vivo (DNV) da criança, além de documento onde conste o nome completo do(a) outro(a) genitor(a) e dos avós da criança, cujo número sempre que possível se fará constar do registro;“

A alternativa D está incorreta. De acordo com artigo 72, § 2º, alínea ‘c’, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNJR-CGJ/AL: “§2º - O nome dos(as) genitores(as) constará no registro, desde que: (...) c) em qualquer das situações previstas – procuração ou anuência – a manifestação de vontade materializar-se-á por instrumento público ou particular, neste caso exigindo-se o reconhecimento da assinatura por autenticidade.”

QUESTÃO 30. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNJR-CGJ/AL), ao lavrar um assento de nascimento deverá o oficial de registro civil das pessoas naturais observar o seguinte:

I. A naturalidade do registrando poderá ser do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento.



II. Na hipótese de a genitora não manifestar interesse em declarar o nome do suposto pai, o Oficial colherá declaração nesse sentido, não lavrará o registro e remeterá o expediente ao Juiz com atribuição administrativa do cartório.

III. Não se fará qualquer referência à natureza da filiação.

a) Somente I e III estão corretas.

b) Somente I e II estão corretas.

c) Somente I está correta.

d) I, II e III estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Somente os Itens I e III estão corretos.

O Item I está correto. De acordo com artigo 73, § 1º, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNNR-CGJ/AL: “§ 1º - A naturalidade poderá ser do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento.”

O Item II está incorreto. De acordo com artigo 76, § 6º, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNNR-CGJ/AL: “§ 6º - Na hipótese da genitora não manifestar interesse em declarar o nome do suposto pai, o Oficial colherá declaração neste sentido, na qual conste que a declarante foi alertada com relação ao que lhe faculta a Lei nº 8.560/92, e arquivará em pasta própria.”

O Item III está correto. De acordo com artigo 73, § 2º, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNNR-CGJ/AL: “§ 2º - Não se fará qualquer referência à natureza da filiação, à sua ordem em relação a outros irmãos do mesmo prenome, exceto gêmeos, ao lugar e Ofício do casamento dos pais e ao estado civil destes.”

QUESTÃO 31. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa que apresenta o procedimento correto do oficial do registro civil das pessoas naturais nos autos de habilitação quanto ao consentimento dos pais para o casamento de filhos menores.

a) Caso um dos genitores se recuse a dar seu consentimento, o outro poderá assinar o respectivo termo perante o oficial do registro civil das pessoas naturais, considerando, assim, suprida a falta de consentimento daquele.

b) O consentimento de pais analfabetos, para que seus filhos possam casar, dar-se-á por intermédio de procurador constituído por instrumento público, ou mediante termo de consentimento, nos autos da habilitação, subscrito pelo Oficial e por uma pessoa a rogo do analfabeto, colhendo-se a impressão digital destes na presença de duas testemunhas, qualificadas, que deverão assinar o termo.

c) Se o consentimento para casar não for firmado pelos pais, perante o oficial do registro civil ou seu preposto, será exigido o reconhecimento notarial das assinaturas por semelhança.

d) Excepcionalmente, na hipótese em que o casamento se realizar no âmbito do projeto Justiça Itinerante não haverá necessidade de consentimento dos pais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com artigo 141, § 2º, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNNR-CGJ/AL: “§ 2º - O consentimento de pais analfabetos, para que seus filhos possam casar, dar-se-á por meio de procurador constituído por instrumento público, ou através de termo de consentimento, nos autos da habilitação, subscrito pelo Oficial e por uma pessoa a rogo do analfabeto, colhendo-



se a impressão digital destes na presença de duas testemunhas, qualificadas, que deverão assinar o termo.”

A alternativa A está incorreta. De acordo com artigo 141, §§ 5º e 6º, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNNR-CGJ/AL: “§ 5º - A denegação do consentimento pode ser suprida pelo Juiz. § 6º - Ausente um dos pais, o outro deverá requerer o suprimento do consentimento para casar, perante o juízo competente, salvo se a ausência já tiver sido declarada judicialmente.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com artigo 141, § 8º, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNNR-CGJ/AL: “§ 8º - Se o consentimento para casar não for firmado pelos pais, perante o Oficial do Registro ou seu substituto, será exigido o reconhecimento autêntico das assinaturas.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com artigo 141, § 7º, in fine, do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNNR-CGJ/AL: “§ 7º - (...). Excepcionalmente, na hipótese em que o casamento se realizar no âmbito do projeto Justiça Itinerante, será admitida certidão de nascimento ou casamento expedida há menos de 120 (cento e vinte) dias.”

QUESTÃO 32. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR – CGJ/AL), assinale a alternativa que apresenta o procedimento correto para alteração de regime de bens adotado em casamento civil.

a) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento administrativo perante o Corregedor Geral da Justiça do Estado, devendo ser publicado edital com prazo de 30 (trinta) dias, em jornal de grande circulação, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Corregedor Geral da Justiça do Estado onde residem os interessados.

b) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento administrativo perante o Juiz de Paz, devendo ser publicado edital com prazo de 30 (trinta) dias, em jornal de grande circulação, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Juiz de Paz que celebrou o respectivo casamento.

c) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento administrativo perante o Oficial de Registro de Imóveis, devendo ser publicado edital com prazo de 30 (trinta) dias, em jornal de grande circulação, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Oficial de Registro de Imóveis onde foi lavrado o registro do respectivo casamento.

d) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento de jurisdição voluntária, devendo o juízo competente publicar edital com prazo de 30 (trinta) dias, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Juízo da Vara de Família da respectiva comarca onde se processar a mudança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

De acordo com artigos 168 e 172 do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNNR-CGJ/AL: “Art. 168 - A alteração/modificação do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento de jurisdição voluntária, devendo o juízo competente publicar edital com prazo de 30 (trinta) dias, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando a resguardar direitos de terceiros.” e “Art. 172 - A modificação do regime de bens



é de competência do Juízo da Vara de Família da respectiva comarca onde se processar a mudança.”

Fundamentando-se nos mesmos dispositivos mencionados, as alternativas A, B e C estão incorretas.

QUESTÃO 33. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR – CGJ/AL), sobre a averbação no assento de casamento do divórcio consensual, decorrente de escritura pública lavrada na forma da Lei nº 11.441/2007, assinale a alternativa correta.

a) O traslado da escritura pública de divórcio consensual, contendo o “visto” do Juiz de Direito da Comarca onde o casamento foi celebrado, será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária.

b) O traslado da escritura pública de divórcio consensual deverá ser primeiramente registrado no Livro “E” do Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais do domicílio conjugal, e depois será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária, independentemente de autorização judicial e de audiência do Ministério Público.

c) O traslado da escritura pública de divórcio consensual, contendo o “visto” do Juiz de Direito da Comarca onde os cônjuges são domiciliados, será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária.

d) O traslado da escritura pública de divórcio consensual será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária, independentemente de autorização judicial e de audiência do Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

De acordo com artigo 174 do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNNR-CGJ/AL: “Art. 174 - O traslado da escritura pública de separação e divórcio consensuais será apresentado ao Oficial de Registro Civil do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária, independente de autorização judicial e de audiência do Ministério Público.”

Pela mesma fundamentação acima exposta, as alternativas A e C estão incorretas, posto que não há de se falar em “visto do juiz”.

A alternativa B está incorreta. De acordo com artigo 173 do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNNR-CGJ/AL: “Art. 173 - É desnecessário o registro de escritura pública decorrente da Lei nº 11.441/2007 no Livro “E” do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais.”

QUESTÃO 34. De acordo com a Lei dos Registros Públicos, é correto dizer que na lavratura de assento de óbito, o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais observará o seguinte:

a) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento. Em caso negativo deverá lavrar o assento de óbito no Livro “C Auxiliar”, dispensada a lavratura do assento de nascimento.

b) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento. Em caso negativo deverá lavrar o assento de óbito no Livro “C Auxiliar”, dispensada, a critério do declarante, a lavratura do assento de nascimento.

c) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, será previamente feito no Livro “A” – de registro de nascimento. (LRP, art. 77, § 1º).



d) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, deverá exigir autorização judicial para registrar o óbito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

De acordo com o artigo 77, § 1º, da Lei 6.015/1973: “§ 1º Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, será previamente feito.”

Pela mesma fundamentação acima mencionada, e levando em consideração a literalidade do artigo 77, § 1º, da Lei 6.015/1973, as demais alternativas ficam incorretas.

QUESTÃO 35. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR – CGJ/AL), assinale a alternativa correta com respeito à adoção de menores.

a) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, será averbado, e concomitantemente cancelado o registro primitivo do adotado, e registrado no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de domicílio dos adotantes, no Livro “A”, na forma e exigências do art. 47 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

b) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude será previamente registrado no Livro “E”, do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de domicílio dos adotantes; depois, averbado no registro original de nascimento do adotado, para efeito de seu cancelamento; e servirá de mandado para lavratura de novo registro de nascimento, onde serão consignados os nomes dos pais adotantes, bem como os nomes de seus ascendentes.

c) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, servirá de mandado para lavratura do novo assento de nascimento do adotado no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de domicílio dos adotantes, no Livro “A” – de registro de nascimentos, vedado o cancelamento do registro original de nascimento do adotado.

d) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, será averbado no registro primitivo do adotado, onde serão consignados os nomes dos pais adotantes, bem como os nomes de seus ascendentes, expedindo-se certidão com referida averbação, não sendo necessária a lavratura de novo assento de nascimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

De acordo com artigo 198 do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNNR-CGJ/AL: “Art. 198 – O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, será averbado, e concomitantemente cancelado o registro primitivo do adotado, e registrado no Ofício de domicílio dos adotantes, no Livro “A”, na forma e exigências do art. 47 da Lei nº 8.069/90;”

Pela mesma fundamentação acima mencionada, e levando em consideração a literalidade do artigo 198 do Título II (Do Registro Civil Das Pessoas Naturais), do CNNR-CGJ/AL, as demais alternativas ficam incorretas.

QUESTÃO 36. De acordo com a Lei nº 6.015/1973, com relação à averbação de retificação de registro, assinale a alternativa correta.



- a) Será feita por qualquer oficial de registro civil das pessoas naturais do território nacional, em vista da implementação do Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp).
- b) Será feita apenas pelo oficial de registro civil das pessoas naturais do cartório onde constar o assento.
- c) Será feita apenas pelo oficial de registro civil das pessoas naturais do cartório do 1º ofício ou da subdivisão judiciária da comarca da capital, em livro especial.
- d) Será feita por qualquer oficial de registro civil das pessoas naturais da comarca, nas localidades onde houver mais de um cartório.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com artigos 97 e 109, § 6º, da Lei 6.015/1973: “Art. 97. A averbação será feita pelo oficial do cartório em que constar o assento à vista da carta de sentença, de mandado ou de petição acompanhada de certidão ou documento legal e autêntico.” e “§ 6º As retificações serão feitas à margem do registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com a trasladação do mandado, que ficará arquivado. Se não houver espaço, far-se-á o transporte do assento, com as remissões à margem do registro original.”

Pela mesma fundamentação acima mencionada, e levando em consideração a literalidade do artigo 97 da Lei 6.015/1973, as demais alternativas ficam incorretas.

37. Em relação aos títulos apresentados ao Oficial de Registro de Imóveis é correto afirmar:

- a) Os títulos devem ser lançados no Livro no 1 – Protocolo, com o respectivo número de ordem, que determinará a prioridade do título e a preferência dos direitos reais, exceto os títulos apresentados apenas para exame e cálculo dos respectivos emolumentos.
- b) Todos os títulos, sem exceção, devem ser lançados no Livro no 1 – Protocolo, com o respectivo número de ordem que determinará a prioridade do título e a preferência dos direitos reais.
- c) Os títulos devem ser lançados exclusivamente no Livro Especial de Controle Geral de Precedência, a cargo dos Oficiais do Registro de Imóveis, que adotarão o melhor regime interno a fim de garantir, assim, a ordem de precedência, prioridade e preferência dos direitos reais.
- d) Os oficiais podem obstar a inscrição de títulos no Livro no 1 – Protocolo quando se depararem com qualquer exigência fiscal ou quando ele tiver dúvida, ocasião em que a suscitará perante o juízo competente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata sobre os aspectos da prenotação do título perante o Cartório de Registro de Imóveis

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa A.

A alternativa C está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa A.

A alternativa D está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa A.

A alternativa A está correta, nos termos do que é disciplinado pela Lei 6.015/73 (Lei de Registro Públicos) nos seus artigos 182 c/c 186 referindo-se à prenotação e o parágrafo único do artigo 12 fazendo menção ao exame e cálculo, os quais transcrevo abaixo: Prenotação: Art. 182 - Todos os títulos tomarão, no Protocolo, o número de ordem que lhes competir em razão da seqüência rigorosa de sua apresentação. (...) Art. 186 - O número de ordem determinará a prioridade do título, e esta a preferência dos direitos reais, ainda que apresentados pela mesma pessoa mais de um título simultaneamente. Exame e cálculo: Art. 12. Nenhuma exigência fiscal, ou dúvida, obstará a apresentação de um título e o seu lançamento do Protocolo com o respectivo número de ordem, nos casos em que da precedência decorra prioridade de direitos para o apresentante. Parágrafo



único. Independem de apontamento no Protocolo os títulos apresentados apenas para exame e cálculo dos respectivos emolumentos. Para fins de complementação o Código de Normas do Estado de Alagoas possui as seguintes previsões sobre a prenotação e Exame e cálculo, transcritos abaixo: Prenotação Art. 182 - Todos os títulos tomarão, no Protocolo, o número de ordem que lhes competir em razão da seqüência rigorosa de sua apresentação. (...) Art. 186 - O número de ordem determinará a prioridade do título, e esta a preferência dos direitos reais, ainda que apresentados pela mesma pessoa mais de um título simultaneamente. Exame e cálculo Art. 15 – O título apresentado para mero exame e cálculo dos respectivos emolumentos dependerá de requerimento escrito do interessado, no qual deverá estar consignada sua ciência de que a recepção do título não gera os efeitos da prenotação. §1º - O oficial fornecerá ao solicitante comprovante de depósito do título, com descrição dos documentos que eventualmente tenham sido com ele apresentados e arquivará o requerimento na serventia. §2º - É facultada ao oficial a elaboração de formulário-padrão para auxiliar os interessados. Art. 16 – É vedada a cobrança de emolumentos no ato do requerimento ou apresentação de título ingressado exclusivamente para exame e/ou cálculo.

QUESTÃO 38. De acordo com as Leis nos 6.015/1973 e 8.935/1994, no serviço de que é titular, o Oficial Registrador não poderá praticar, pessoalmente, atos nas seguintes hipóteses:

- a) Quando o ato for de seu interesse, de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o quarto grau.**
- b) Quando o ato for de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau.**
- c) Quando o oficial se declarar suspeito, devendo declarar seu impedimento por ato de averbação lançado à margem do protocolo.**
- d) Nos casos em que o oficial em algum momento tenha sido proprietário do imóvel.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata dos impedimentos dos notários e registradores.

A alternativa A está incorreta. A limitação se estende até o terceiro grau. De acordo com as Leis n. 6.015/1973 e 8.935/1994, respectivamente: "Art. 15. Quando o interessado no registro for o oficial encarregado de fazê-lo ou algum parente seu, em grau que determine impedimento, o ato incumbe ao substituto legal do oficial." e "Art. 27. No serviço de que é titular, o notário e o registrador não poderão praticar, pessoalmente, qualquer ato de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau."

A alternativa B está correta. De acordo com a Lei n. 8.935/1994: "Art. 27. No serviço de que é titular, o notário e o registrador não poderão praticar, pessoalmente, qualquer ato de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau."

A alternativa C está incorreta. A averbação se presta a modificar o teor do registro. A prática do ato por substituto é automática nos casos de impedimento, de forma que não há disposição legal que obrigue a consignar a situação no protocolo.

A alternativa D está incorreta. A hipótese não se restringe a propriedade de imóvel. "Art. 27. No serviço de que é titular, o notário e o registrador não poderão praticar, pessoalmente, qualquer ato de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau."

39. Da sentença no processo de dúvida poder-se-á interpor recurso. Qual a natureza e efeitos do recurso e quem está legitimado para sua a interposição?



- a) **Recurso administrativo endereçado à Corregedoria Geral de Justiça, com efeitos devolutivo e suspensivo. Podem recorrer o interessado, o Ministério Público e o apresentante.**
- b) **Recurso à Corregedoria Nacional de Justiça, com efeitos devolutivo e suspensivo. Podem recorrer o interessado, o Ministério Público e o apresentante.**
- c) **Recurso de apelação, com efeito meramente devolutivo. Podem recorrer o Ministério Público e o terceiro prejudicado.**
- d) **Recurso de apelação, com efeitos devolutivo e suspensivo. Podem recorrer o interessado, o Ministério Público e o terceiro prejudicado.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do processo de dúvida.

A resposta requer conhecimentos das normas locais do Tribunal de Justiça de Alagoas, além dos "regulares" sobre dúvida registral, indicados na Lei n. 6.015/1973.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o Código de Organização Judiciária do TJAL, a competência é do Conselho Estadual da Magistratura. Conforme dispõe o art. 106 do CODJ: "Art. 106. Compete ao Conselho Estadual da Magistratura: I – julgar: as sentenças e decisões dos Juízes de Direito, ou de Juízes Substitutos, nos processos de suscitação de dúvida". Ainda, de acordo com a Lei n. 6.015/1973: "Art. 202 - Da sentença, poderão interpor apelação, com os efeitos devolutivo e suspensivo, o interessado, o Ministério Público e o terceiro prejudicado."

A alternativa B está incorreta. De acordo com o Código de Organização Judiciária do TJAL, a competência é do Conselho Estadual da Magistratura. Conforme dispõe o art. 106 do CODJ: "Art. 106. Compete ao Conselho Estadual da Magistratura: I – julgar: as sentenças e decisões dos Juízes de Direito, ou de Juízes Substitutos, nos processos de suscitação de dúvida". Ainda, de acordo com a Lei n. 6.015/1973: "Art. 202 - Da sentença, poderão interpor apelação, com os efeitos devolutivo e suspensivo, o interessado, o Ministério Público e o terceiro prejudicado."

A alternativa C está incorreta. A apelação ocorre em duplo efeito. De acordo com a Lei n. 6.015/1973: "Art. 202 - Da sentença, poderão interpor apelação, com os efeitos devolutivo e suspensivo, o interessado, o Ministério Público e o terceiro prejudicado."

A alternativa D está correta. De acordo com a Lei n. 6.015/1973: "Art. 202 - Da sentença, poderão interpor apelação, com os efeitos devolutivo e suspensivo, o interessado, o Ministério Público e o terceiro prejudicado."

40. Apresentada ao registrador de imóveis título judicial oriundo da Justiça do Trabalho (carta de adjudicação) o oficial, a requerimento do interessado, suscita dúvida. A denegação de acesso do título judicial e suscitação de dúvida configuram crime de desobediência?

- a) **Não. O oficial de registro pode examinar livremente os elementos intrínsecos e extrínsecos do título judicial, incursionando no que foi decidido no processo judicial e apontando os eventuais defeitos.**
- b) **Sim. Todo e qualquer título judicial deve ser registrado sem qualquer exame de elementos formais e extrínsecos do título, incorrendo no crime de desobediência previsto no art. 330 do Código Penal.**
- c) **Não. Tratando-se de título judicial, o oficial tem o dever, imposto pela Lei de Registros Públicos, de qualificar todos os títulos, seja qual for a sua origem.**
- d) **Não. O oficial de registro de imóveis jamais deve examinar os títulos judiciais. Havendo fundada dúvida acerca da legalidade, deve proceder ao registro e encaminhar certidão ao juízo competente para homologação.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.



A questão trata sobre a qualificação do título apresentado para registro.

A alternativa A está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa C.

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa C.

A alternativa D está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa C.

A alternativa C está correta, o Registrador de Imóveis possui competência para realizar exame subjetivo e objetivo em relação ao título apresentado para registro, tanto os títulos de origem extrajudicial, quanto aqueles de origem judiciais, no que se refere a esse últimos a análise analisará os aspectos de coincidência das pessoas que nele figuram (análise subjetiva) e dos imóveis (análise objetiva), evitando danos a terceiros por eventual registro ou averbação equivocados. De posse do título judicial o Registrador de Imóveis não analisará o mérito da ação, sob pena de usurpar a função jurisdicional, analisará apenas o seu aspecto formal, ou seja, a viabilidade ou não de ingresso no fôlio real. O artigo 43 do Código de Normas de Alagoas faz menção ao título judicial, o qual transcrevo: Art. 43 – O título judicial será submetido à qualificação formal. Da análise do Título Extrajudicial ou Judicial resultará a qualificação Positiva (precedida do registro) e Qualificação negativa (impedimento inicial ao registro), nesse último caso, se o usuário não concordar com os argumentos do registrador poderá suscitar dúvidas ao juízo, cujo regramento é previsto nos seguintes artigos da Lei de Registros Públicos: Art. 198. Se houver exigência a ser satisfeita, ela será indicada pelo oficial por escrito, dentro do prazo previsto no art. 188 desta Lei e de uma só vez, articuladamente, de forma clara e objetiva, com data, identificação e assinatura do oficial ou preposto responsável, para que: (...) V - o interessado possa satisfazê-la; ou VI - caso não se conforme ou não seja possível cumprir a exigência, o interessado requeira que o título e a declaração de dúvida sejam remetidos ao juízo competente para dirimi-la. § 1º O procedimento da dúvida observará o seguinte I - no Protocolo, o oficial anotarà, à margem da prenotação, a ocorrência da dúvida; II - após certificar a prenotação e a suscitação da dúvida no título, o oficial rubricará todas as suas folhas; III - em seguida, o oficial dará ciência dos termos da dúvida ao apresentante, fornecendo-lhe cópia da suscitação e notificando-o para impugná-la perante o juízo competente, no prazo de 15 (quinze) dias; e IV - certificado o cumprimento do disposto no inciso III deste parágrafo, serão remetidos eletronicamente ao juízo competente as razões da dúvida e o título. § 2º A inobservância do disposto neste artigo ensejará a aplicação das penas previstas no art. 32 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, nos termos estabelecidos pela Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça.

41. A chamada “averbação premonitória” consiste em:

a) Averbação no Registro de Imóveis de bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade de bens instada pelo exequente munido de certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa.

b) Averbação no Livro 3 (Registro Auxiliar), a requerimento expresso do interessado, a fim de produzir efeitos jurídicos em face de terceiros.

c) Registros feitos na CNIB – Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, nos termos de atos normativos do Conselho Nacional de Justiça.

d) Inscrição preventiva de transações de bens futuros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa A.

A alternativa C está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa A.

A alternativa D está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa A.

A alternativa A está correta, nos termos do previsto no Artigo 828 do Código de Processo Civil Brasil, transcrito a seguir: Art. 828. O exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no



registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade. § 1º No prazo de 10 (dez) dias de sua concretização, o exequente deverá comunicar ao juízo as averbações efetivadas. § 2º Formalizada penhora sobre bens suficientes para cobrir o valor da dívida, o exequente providenciará, no prazo de 10 (dez) dias, o cancelamento das averbações relativas àqueles não penhorados. § 3º O juiz determinará o cancelamento das averbações, de ofício ou a requerimento, caso o exequente não o faça no prazo. § 4º Presume-se em fraude à execução a alienação ou a oneração de bens efetuada após a averbação. § 5º O exequente que promover averbação manifestamente indevida ou não cancelar as averbações nos termos do § 2º indenizará a parte contrária, processando-se o incidente em autos apartados. Segue modelo da Averbação premonitória para melhor visualização: AV.01 - 1111 - AVERBAÇÃO PREMONITÓRIA - PROTOCOLO: 1111, de 11/11/11. Procede-se a esta averbação para fazer constar a admissão da execução no valor de R\$111.111,11, em face de XXXXXXXX, proprietário do imóvel descrito nesta matrícula, demonstrada através de Certidão expedida na data de dd/mm/aaaa, pelo Juízo de Direito, da Comarca XXXXXX, dos autos do processo 111111111111, dou fé. Comarca de XXXXXXXX. O Oficial de Registro de Imóveis

QUESTÃO 42. Os atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei, devem ser registrados em qual especialidade? As sentenças proferidas por tribunais estrangeiros, por qual órgão devem ser homologadas?

a) Registro de Imóveis, quando envolver imóveis e Supremo Tribunal Federal.

b) Registro de Títulos e Documentos e Tribunal Internacional de Haia.

c) Registro de Títulos e Documentos e Supremo Tribunal Federal.

d) Registro de Títulos e Documentos e Superior Tribunal de Justiça.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**.

De acordo com o art. 3º do Título IV da Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça de Alagoas, "estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros: (...) VI – todos os documentos de procedência estrangeira, acompanhados das respectivas traduções, para produzirem efeitos em repartições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou em qualquer instância, juízo ou tribunal".

Fixamos, assim, uma primeira premissa: os atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei, devem ser registrados junto ao Registro de Títulos e Documentos (a letra A, portanto, está incorreta).

Passemos à segunda parte da alternativa. A competência para a homologação de sentenças estrangeiras, após a EC 45/2004, passou a ser do Superior Tribunal de Justiça, por força do art. 105, I, "i" da CF. *In verbis*: "Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)".

QUESTÃO 43. No Registro de Títulos e Documentos serão registrados quaisquer documentos para sua conservação. Este registro ostenta o caráter:

a) Facultativo.

b) Obrigatório.

c) Supletório.

d) Indispensável.

Comentários

A questão cobrou o conhecimento a teor da competência do Registro de Títulos e Documentos.



A resposta correta é a **letra A**, pois o registro de documentos para fins de conservação junto ao Registro de Títulos e Documentos goza de caráter facultativo. É o que preconiza o inciso VII do art. 2º do Título IV - Do Registro de Títulos e Documentos da Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL). Vejamos: "Art. 2º No Registro de Títulos e Documentos será feita a transcrição: (...) VII – facultativamente, de quaisquer documentos ou imagens, para sua conservação".

No mesmo sentido, aliás, é o art. 127, inciso VII, da Lei de Registros Públicos: Art. 127. No Registro de Títulos e Documentos será feita a transcrição: VII - facultativo, de quaisquer documentos, para sua conservação".

QUESTÃO 44. No registro civil das pessoas jurídicas serão matriculados:
a) Jornais e demais publicações periódicas, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão.
b) Sites e domínios da Internet.
c) Obras e construções civis, reformas e demolições.
d) Sociedades empresárias, cooperativas e empresário individual.

Comentários

A questão cobrou o conhecimento do teor do art. 114 da Lei 6.015/73.

A resposta correta é a **letra A**, pois os jornais, periódicos, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias serão inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme preconiza o parágrafo único do art. 114 da Lei de Registros Públicos.

Vejamos o teor do artigo: "Art. 114. No Registro Civil de Pessoas Jurídicas serão inscritos: I - os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública; II - as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, salvo as anônimas; III - os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos. Parágrafo único. No mesmo cartório será feito o registro dos jornais, periódicos, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias a que se refere o art. 8º da Lei nº 5.250, de 9-2-1967".

As demais alternativas, como visto, não constam do rol do art. 114 e, como tais, não são objeto de registro perante o RCPJ.

QUESTÃO 45. De acordo com a Lei de Registros Públicos, o acesso ao conteúdo do registro facultativo para conservação

a) é restrito ao próprio oficial do Registro, que revelará verbalmente o conteúdo quando instado por qualquer do povo.
b) é restrito a qualquer interessado que manifeste seu interesse por requerimento dirigido ao Oficial.
c) é restrito ao requerente, à autoridade tributária ou por determinação judicial.
d) não é restrito, pois o acesso é amplo, geral e irrestrito, pois o Registro de Títulos e Documento é órgão de natureza pública.

Comentários

A questão cobrou o conhecimento do teor do art. 127-A da Lei 6.015/73.

A resposta correta é a **letra C**. De acordo com o § 1º do art. 127-A, incluído na Lei de Registros Públicos pela Lei nº 14.382, de 2022, o acesso ao conteúdo do registro facultativo para conservação é, via de regra, restrito ao requerente. Excepcionalmente, admite-se o acesso ao seu conteúdo por requisição da autoridade tributária, em caso de negativa de autorização sem justificativa aceita; ou por determinação judicial.



Vejamos: "Art. 127-A. O registro facultativo para conservação de documentos ou conjunto de documentos de que trata o inciso VII do caput do art. 127 desta Lei terá a finalidade de arquivamento de conteúdo e data, não gerará efeitos em relação a terceiros e não poderá servir como instrumento para cobrança de dívidas, mesmo que de forma velada, nem para protesto, notificação extrajudicial, medida judicial ou negativação nos serviços de proteção ao crédito ou congêneres. (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022) § 1º O acesso ao conteúdo do registro efetuado na forma prevista no caput deste artigo é restrito ao requerente, vedada a utilização do registro para qualquer outra finalidade, ressalvadas: (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022) I - requisição da autoridade tributária, em caso de negativa de autorização sem justificativa aceita; e (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022) II - determinação judicial. (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)".

QUESTÃO 46. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), realizando-se o casamento no Brasil, perante a autoridade brasileira, estabelece que

a) no casamento de estrangeiros residentes no Brasil, será aplicada a lei de domicílio dos cônjuges quanto aos impedimentos e formalidades da celebração.

b) será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos e formalidades da celebração.

c) no casamento de brasileiro e estrangeiro residentes no Brasil, poderá ser aplicada a lei brasileira ou a do domicílio do estrangeiro quanto aos impedimentos e às formalidades da celebração.

d) no casamento de brasileiro e estrangeiro residentes no Brasil, será aplicada a lei do primeiro domicílio conjugal quanto aos impedimentos e formalidades da celebração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com art. 7º, § 1º, da LINDB: Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração."

Pela mesma fundamentação acima mencionada, e levando em consideração a literalidade do artigo 97 da Lei 6.015/1973, as demais alternativas ficam incorretas.

QUESTÃO 47. Em relação à emancipação, é correto afirmar que

a) a emancipação por concessão dos pais poderá ser realizada por instrumento público ou particular.

b) a emancipação por concessão dos pais é revogável.

c) o menor sob tutela que tiver dezesseis anos completos somente poderá ser emancipado por sentença do juiz.

d) a emancipação por concessão dos pais depende da concordância expressa do menor para seu aperfeiçoamento.

Comentários

A alternativa correta apontada pela banca é a **letra C**. **Questão passível de recurso.**

De acordo com art. 5º, parágrafo único, inciso I, do CC/02: "Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade: I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;"

Entende-se, no entanto, que tal questão possa ser passível de recurso, posto que o menor sob tutela que tiver 16 anos poderá ser emancipado também por outras maneiras, dispostas nos incisos II a V do parágrafo único do art. 5º, e não "somente por sentença do juiz" como a alternativa C aponta. Veja: "Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade: (...) II - pelo casamento; III - pelo exercício de emprego público efetivo; IV - pela colação de grau em curso de ensino superior; V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.



A alternativa A está incorreta, de acordo com art. 5º, parágrafo único, inciso I, do CC/02, já mencionado acima, pois a emancipação por concessão dos pais poderá ser realizada por instrumento público.

A alternativa B está incorreta. O entendimento doutrinário pacífico é de que a emancipação pela concessão dos pais é irrevogável.

A alternativa D está incorreta. A concordância expressa do menor não é requisito exigido pelo Código Civil.

QUESTÃO 48. Na dação em pagamento, é correto afirmar que

a) a prestação oferecida na dação em pagamento somente pode ser pecuniária.

b) a dação em pagamento não pode ser efetuada por terceiro.

c) havendo evicção da coisa recebida em pagamento pelo credor não há o restabelecimento da obrigação primitiva.

d) há necessidade de concordância do credor para o recebimento de prestação diversa da devida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

De acordo com art. 356 do CC/02: “Art. 356. O credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.”

Tomando como base a mesma fundamentação, a alternativa A está incorreta, pois a prestação oferecida pode ser diversa.

A alternativa B está incorreta. Conforme artigo 304 do CC, qualquer interessado na extinção da dívida poderá dar um bem imóvel de sua propriedade em pagamento de tal dívida. De acordo com art. 304, caput e parágrafo único do CC/02: “Art. 304. Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor. Parágrafo único. Igual direito cabe ao terceiro não interessado, se o fizer em nome e à conta do devedor, salvo oposição deste.”

A alternativa C está incorreta. art. 359 do CC/02: “Art. 359. Se o credor for evicto da coisa recebida em pagamento, restabelecer-se-á a obrigação primitiva, ficando sem efeito a quitação dada, ressalvados os direitos de terceiros.”

QUESTÃO 49. De acordo com o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

a) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

b) os menores de 16 (dezesseis) anos.

c) os ébrios habituais e os viciados em tóxico.

d) os pródigos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com art. 3º do CC/02: “Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.”

A alternativa A está incorreta. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade são relativamente incapazes, conforme art. 4º, III, do CC/02: “Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;”

A alternativa C está incorreta. Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são relativamente incapazes, conforme art. 4º, II, do CC/02: “Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico;”



A alternativa D está incorreta. Os pródigos são relativamente incapazes, conforme art. 4º, IV, do CC/02: “Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: IV - os pródigos.”

QUESTÃO 50. Um mês após a realização de uma escritura pública de compra e venda de bem imóvel com valor de R\$ 500.000,00, os contraentes celebraram distrato do contrato de compra e venda por instrumento particular. Nesse caso, o distrato

- a) é nulo.**
- b) é anulável.**
- c) é válido.**
- d) somente não tem validade perante terceiros.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O distrato deverá ser feito pela mesma forma exigida para o contrato, conforme art. 472 do CC/02: “Art. 472. O distrato faz-se pela mesma forma exigida para o contrato”.

Como o bem imóvel custou R\$ 500.000,00, seria necessária a lavratura de escritura pública, posto que o valor supera 30 salários-mínimos, conforme dispõe art. 108 do CC/02: “Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário-mínimo vigente no País.”

Desta feita, é possível dizer que o distrato é nulo, posto que não se revestiu da forma prescrita em lei, conforme determina art. 166, IV do CC/02: “Art. 166. É nulo o negócio jurídico quando: IV - não revestir a forma prescrita em lei;”

Pela mesma fundamentação acima mencionada, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 51. A cessão de crédito realizada entre o cedente e o cessionário sem a notificação do devedor da relação obrigacional cedida é negócio jurídico

- a) válido e ineficaz entre o cedente e cessionário.**
- b) anulável pelo devedor da obrigação cedida.**
- c) inválido em razão da não participação do devedor da obrigação cedida.**
- d) válido e eficaz entre cedente e cessionário.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

De acordo com art. 286 do CC/02: “Art. 286. O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor; a cláusula proibitiva da cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação.”

Pela mesma fundamentação acima mencionada, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 52. Com relação às servidões não aparentes, é correto afirmar que

- a) o prazo de aquisição por usucapião, havendo justo título, é de dez anos.**
- b) o prazo de aquisição por usucapião é de vinte anos.**
- c) não são passíveis de aquisição por usucapião.**
- d) o prazo de aquisição por usucapião é de cinco anos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.



Apenas as servidões aparentes podem ser adquiridas por usucapião, conforme art. 1.379 do CC/02: “Art. 1.379. O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, nos termos do art. 1.242, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião. Parágrafo único. Se o possuidor não tiver título, o prazo da usucapião será de vinte anos.”

As servidões não aparentes não podem ser adquiridas por usucapião, pois estas não ensejam posse e, sem posse, não há usucapião. Inclusive, no Capítulo III (Da Posse) do Título I (Da Posse) do Livro III (Do Direito das Coisas) do Código Civil, o artigo 1.213 deixa bem claro que os efeitos da posse não se aplicam às servidões não aparentes: “Art. 1.213. O disposto nos artigos antecedentes não se aplica às servidões não aparentes, salvo quando os respectivos títulos provierem do possuidor do prédio serviente, ou daqueles de quem este o houve.”

Pela mesma fundamentação acima mencionada, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 53. Não encerra propriedade resolúvel a

a) doação remuneratória.

b) retrovenda.

c) doação com cláusula de reversão.

d) alienação fiduciária em garantia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A propriedade resolúvel é aquela que se extingue pelo advento de um termo resolutivo ou pelo implemento de uma condição resolutiva. Ela não abrange propriedade com encargo, salvo se o encargo tiver sido previsto como condição resolutiva expressamente, caso em que ele se enquadrará no art. 1.359 do CC.

A doação remuneratória, portanto, não encerra propriedade resolúvel, posto que não há condição resolutiva.

A alternativa B está incorreta. Na compra e venda com cláusula de retrovenda, o vendedor estipula o direito de recobrar, em certo prazo, nunca superior a 3 anos, o imóvel que vendeu, restituindo ao adquirente o preço acompanhado das despesas realizadas. É o que dispõe art. 505 do CC/02: “Art. 505. O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de três anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias.”

Portanto, a retrovenda encerra propriedade resolúvel, posto que o objeto do contrato é um bem que será transmitido ao comprador em caráter resolúvel; ou seja, o comprador adquirirá uma propriedade resolúvel, a qual se extinguirá com o advento da condição (um determinado ato ou fato). Findo o prazo de resgate, sem manifestação do vendedor, será irretratável o negócio de compra e venda, deixando a propriedade de ser resolúvel.

A alternativa C está incorreta. A doação com cláusula de reversão encerra propriedade resolúvel, pois o título de aquisição (doação) está subordinado a uma condição resolutiva ou ao advento de um termo (morte).

A alternativa D está incorreta. A alienação fiduciária em garantia encerra propriedade resolúvel. A propriedade fiduciária nada mais é do que uma espécie de propriedade resolúvel com a particularidade de decorrer de uma alienação fiduciária em garantia. De acordo com art. 1.361 do CC: “Art. 1.361. Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.”



QUESTÃO 54. “A”, casado e sem desconstituir o matrimônio anterior, casa-se com “B”, esta última, de boa-fé, desconhecia o fato de “A” ser casado ao tempo da celebração do casamento com aquele. Desse modo, o casamento

- a) tem validade.**
- b) tem validade somente em relação a “B”.**
- c) padece de invalidade.**
- d) somente será válido se houver filhos comuns de “A” e “B”.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

De acordo com art. 1.521, VI, constante do Capítulo III (Dos Impedimentos) do Título I (Do Direito Pessoal) do Livro IV (Do Direito de Família) do CC/02, estão impedidos de casar as pessoas que já são casadas: “Art. 1.521. Não podem casar: (...) VI - as pessoas casadas;”

Ademais, na forma do art. 1.548, II, do CC/02, o casamento contraído por infringência a impedimento é nulo: “Art. 1.548. É nulo o casamento contraído: II - por infringência de impedimento.” Portanto, o casamento referido no enunciado da questão padece de invalidade, estando correta a alternativa C.

Pela mesma fundamentação acima mencionada, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 55. Com relação ao usufruto dos pais sobre os bens dos filhos menores, assinale a alternativa correta.

- a) O usufruto sobre bens imóveis somente é constituído pelo registro no respectivo registro imobiliário.**
- b) Os bens adquiridos com os valores auferidos pelo filho maior de dezesseis anos, no exercício de sua atividade profissional, estão excluídos do usufruto.**
- c) Havendo o registro de nascimento declarado pela mãe e o reconhecimento posterior da paternidade pelo pai, o qual não é casado com a mãe, o usufruto abarca os bens adquiridos antes e depois do reconhecimento da filiação.**
- d) Os bens recebidos pelo filho menor em doação pura estão excluídos do usufruto pelos pais.**

Comentários

A alternativa apontada pela banca como correta é a **letra B. Questão passível de recurso**.

A alternativa A está incorreta. O usufruto sobre bem imóvel, neste caso, é automático, não dependendo de registro público, posto que resulta de direito de família, conforme interpretação a contrario sensu do art. 167, I, item 7, da Lei 6.015/73: “Art. 167 - No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos. I - o registro: (...) 7) do usufruto e do uso sobre imóveis e da habitação, quando não resultarem do direito de família;”

A alternativa B está correta. De acordo com art. 1.693, II, do CC/02: “Art. 1.693. Excluem-se do usufruto e da administração dos pais: II - os valores auferidos pelo filho maior de dezesseis anos, no exercício de atividade profissional e os bens com tais recursos adquiridos;”

A alternativa C foi apontada pela banca como incorreta. De acordo com art. 1.693, I, do CC/02: “Art. 1.693. Excluem-se do usufruto e da administração dos pais: I - os bens adquiridos pelo filho havido fora do casamento, antes do reconhecimento;”

Ocorre que, a redação dada pela alternativa também permite entendê-la como correta. De fato, o usufruto só poderá ocorrer após o reconhecimento de paternidade. Ocorre que, após feito o reconhecimento de paternidade, o genitor será usufrutuário de todos os bens do menor, tanto os adquiridos antes quanto os adquiridos depois do reconhecimento.

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 1.693, I, do CC/02, tais bens somente ficam excluídos do usufruto dos pais caso haja condição de não serem por eles usufruídos: “Art. 1.693.



Excluem-se do usufruto e da administração dos pais: III - os bens deixados ou doados ao filho, sob a condição de não serem usufruídos, ou administrados, pelos pais;

QUESTÃO 56. Em 10.10.2022, houve a declaração judicial de vacância da herança, nesse caso,

a) com a declaração de vacância há incorporação definitiva da herança ao patrimônio do Estado.

b) os herdeiros colaterais ficarão excluídos da sucessão.

c) após a declaração judicial de vacância caberá a nomeação de curador.

d) somente após a declaração judicial de vacância serão realizadas as diligências de arrecadação dos bens da herança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com art. 1.822, parágrafo único, do CC/02: “Parágrafo único. Não se habilitando até a declaração de vacância, os colaterais ficarão excluídos da sucessão.”

As alternativas A e C estão incorretas. De acordo com art. 1.822, caput, do CC/02: “Art. 1.822. A declaração de vacância da herança não prejudicará os herdeiros que legalmente se habilitarem; mas, decorridos cinco anos da abertura da sucessão, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União quando situados em território federal.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 1.820 do CC/02: “Art. 1.820. Praticadas as diligências de arrecadação e ultimado o inventário, serão expedidos editais na forma da lei processual, e, decorrido um ano de sua primeira publicação, sem que haja herdeiro habilitado, ou penda habilitação, será a herança declarada vacante.”

QUESTÃO 57. Com relação à exclusão por indignidade na sucessão, é correto afirmar que

a) a enumeração constante do Código Civil das causas de indignidade na sucessão é exemplificativa.

b) o prazo para a propositura da ação de indignidade é de três anos contados da abertura da sucessão.

c) não cabe direito de representação dos herdeiros do indigno na sucessão legítima.

d) há situação na qual o Ministério Público tem legitimidade para propor ação de indignidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Conforme art. 1.815, § 2º, do CC/02: “§ 2º Na hipótese do inciso I do art. 1.814, o Ministério Público tem legitimidade para demandar a exclusão do herdeiro ou legatário.”

A alternativa A está incorreta. É taxativa, conforme art. 1.814, incisos I, II e III do CC/02: “Art. 1.814. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários: I - que houverem sido autores, coautores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente; II - que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro; III - que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.”

A alternativa B está incorreta. São 4 anos, conforme art. 1.815, § 1º, do CC/02: “§ 1º O direito de demandar a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em quatro anos, contados da abertura da sucessão.”

A alternativa C está incorreta, conforme art. 1.816 do CC/02: “Art. 1.816. São pessoais os efeitos da exclusão; os descendentes do herdeiro excluído sucedem, como se ele morto fosse antes da abertura da sucessão.”



QUESTÃO 58. O artigo 50 do Código Civil dispõe que poderá o juiz desconsiderar a personalidade jurídica em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial. A confusão patrimonial, de acordo com o Código Civil, é entendida como a ausência de separação de fato entre os patrimônios e caracteriza-se por

- a) atos de descumprimento da autonomia patrimonial.
- b) transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, independentemente do valor.
- c) cumprimento pela sociedade de quaisquer obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- d) ausência de patrimônio para saldar a obrigação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

De acordo com art. 50, § 2º, III, do CC/02: “§ 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: III - outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 50, § 2º, II, do CC/02: “§ 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante;”

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 50, § 2º, I, do CC/02: “§ 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa;”

A alternativa D está incorreta. Tal situação não está disposta nos incisos do § 2º do art. 50 do CC/02.

QUESTÃO 59. “A”, em testamento público, deixou a metade da parte disponível de seu patrimônio ao tabelião que lavrou o testamento, instituindo-o como herdeiro. Nesse caso, a disposição testamentária em favor do tabelião é

- a) ineficaz.
- b) válida, competindo a este provar que o testador atuou de livre vontade.
- c) válida, competindo eventual impugnação a algum interessado.
- d) nula

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

De acordo com art. 1.900, V, do CC/02: “Art. 1.900. É nula a disposição: V - que favoreça as pessoas a que se referem os arts. 1.801 e 1.802”. E, de acordo com art. 1.801, IV, do CC/02: “Art. 1.801. Não podem ser nomeados herdeiros nem legatários: IV - o tabelião, civil ou militar, ou o comandante ou escrivão, perante quem se fizer, assim como o que fizer ou aprovar o testamento.”

Assim sendo, é nula a disposição testamentária em favor do tabelião.

Pela mesma fundamentação acima mencionada, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 60. O primo de “A”, filho do irmão do pai de “A”, é parente de “A” em:

- a) quarto grau.
- b) quinto grau.
- c) segundo grau.
- d) terceiro grau.



Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

De acordo com art. 1.592 do CC: "Art. 1.592. São parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra". Ademais, na forma do art. 1.594 do CC/02: "Art. 1.594. Contam-se, na linha reta, os graus de parentesco pelo número de gerações, e, na colateral, também pelo número delas, subindo de um dos parentes até ao ascendente comum, e descendo até encontrar o outro parente."

Portanto, no caso narrado pelo enunciado, conta-se: 1 grau do primo até seu próprio pai (geração anterior); mais 1 grau de seu pai até seu avô (geração anterior), que é o elo comum do tronco paterno; mais 1 grau do avô até o pai de "A"; e mais 1 grau do pai de "A" até "A"; totalizando-se, então, 4 graus.

Pela mesma fundamentação acima mencionada, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 61. Segundo as normas e os princípios previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A incompetência relativa não pode ser prorrogada.**
- b) A competência em razão da matéria é derogável em razão da vontade das partes.**
- c) A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles houver sido sentenciado.**
- d) O despacho de admissibilidade da petição inicial torna prevento o juízo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois deve a incompetência relativa ser alegada na contestação, sob pena de prorrogação, conforme o previsto no art. 65 do CPC: "Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação."

A alternativa B está incorreta, pois a competência absoluta é inderrogável por vontade das partes, conforme o previsto no art. 62 do CPC: "A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes."

A alternativa C está correta, pois reproduz o texto do art. 55, §1º, do CPC: "Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado."

A alternativa D está incorreta, pois é a distribuição ou o registro que torna o juízo prevento, na forma do art. 59 do CPC: "O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo."

QUESTÃO 62. A respeito das regras de competência no direito processual civil, assinale a alternativa correta, de acordo com entendimento jurisprudencial consolidado pelos Tribunais Superiores.

- a) O foro do domicílio ou da residência do alimentante é competente para ação de investigação de paternidade, quando cumulada com a de alimentos.**
- b) Para ação de reconhecimento ou dissolução de união estável, é competente o domicílio do guardião do filho do incapaz.**
- c) O princípio do duplo grau de jurisdição é expressamente previsto na Constituição Federal, podendo ser limitável por lei infraconstitucional.**
- d) Compete à Justiça Federal Cível processar e julgar os pedidos de retificação de registro imobiliário.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.



A alternativa A está incorreta, pois o foro competente, neste caso, é o do domicílio do alimentando, conforme Súmula 1 do STJ: "O foro do domicílio ou da residência do alimentando é o competente para a ação de investigação de paternidade, quando cumulada com a de alimentos."

A alternativa B está correta, pois reproduz o texto do art. 53, I, "a", do CPC: "É competente o foro: I - para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável: a) de domicílio do guardião de filho incapaz [...]."

A alternativa C está incorreta, pois o princípio do duplo grau de jurisdição não está expresso na Constituição, mas é um princípio implícito, inferido da competência recursal dos Tribunais, bem como do princípio da ampla defesa. Assim, como é um princípio implícito, pode ser excepcionado pelo legislador infraconstitucional, o que realmente ocorre em nosso sistema, quando, por exemplo, a Lei de Execução Fiscal prevê o não cabimento de apelação para execuções de pequeno valor (art. 34, da Lei 6.830/1980).

A alternativa D está incorreta, pois os pedidos de retificação de registro imobiliário serão processados junto ao juízo estadual competente, conforme o previsto no art. 37 da Lei 8.935/1994: "A fiscalização judiciária dos atos notariais e de registro, mencionados nos arts. 6º a 13, será exercida pelo juízo competente, assim definido na órbita estadual e do Distrito Federal, sempre que necessário, ou mediante representação de qualquer interessado, quando da inobservância de obrigação legal por parte de notário ou de oficial de registro, ou de seus prepostos."

QUESTÃO 63. De acordo com entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, a respeito da ação monitória prevista no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

a) é incabível ação monitória contra Fazenda Pública.

b) é incabível a citação editalícia em ação monitória.

c) em ação monitória fundada em cheque prescrito, ajuizada contra o emitente, é indispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.

d) o contrato de abertura de crédito em conta corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para ajuizamento da ação monitória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois é cabível ação monitória contra Fazenda Pública, conforme o previsto no art. 700, §6º, do CPC: "É admissível ação monitória em face da Fazenda Pública".

A alternativa B está incorreta, pois na ação monitória cabem todas as modalidades de citação, inclusive, por edital, conforme art. 700, §7º, do CPC: "Na ação monitória, admite-se citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum."

A alternativa C está incorreta, pois, conforme Súmula 531 do STJ é dispensável a menção do negócio jurídico subjacente na petição inicial de ação monitória fundada em cheque prescrito: "Em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é dispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula."

A alternativa D está correta, pois está de acordo com o texto da Súmula 247 do STJ: "O contrato de abertura de crédito em conta-corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória."

QUESTÃO 64. Conforme expressamente previsto no rol do Código de Processo Civil, cabe o recurso de agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

a) acolhimento da alegação de convenção de arbitragem.

b) concessão do efeito devolutivo aos embargos de execução.

c) incidente da desconsideração da personalidade jurídica.

d) admissão de litisconsorte.



Comentários

A resposta correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois só cabe agravo de instrumento da decisão que rejeita a alegação de convenção de arbitragem, conforme texto do art. 1.015, III, do CPC: "Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: [...] III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem."

A alternativa B está incorreta, pois só cabe agravo de instrumento da decisão de concessão, revogação ou modificação de efeito suspensivo aos embargos à execução, conforme art. 1.015, X, do CPC: "Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: [...] X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução."

A alternativa C está correta, pois está de acordo com o texto do art. 1.015, IV, do CPC: "Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: [...] IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica; [...]".

A alternativa D está incorreta, pois só cabe agravo de instrumento da decisão que determinar a exclusão de litisconsorte, conforme texto do art. 1.015, VII, do CPC: "Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: [...] VII - exclusão de litisconsorte."

QUESTÃO 65. Funcionário público municipal, juntamente com um amigo (que não é funcionário público), em coautoria, apropriam-se de determinado bem público de que o primeiro tinha a posse em razão do cargo público por ele ocupado. Nesse caso, pode-se afirmar, corretamente, que

- a) as circunstâncias de caráter pessoal se comunicam quando elementares do crime.**
- b) as circunstâncias de caráter pessoal sempre se comunicam.**
- c) as circunstâncias de caráter pessoal nunca se comunicam.**
- d) cada agente responde pelo crime próprio, conforme a sua condição pessoal.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata sobre comunicabilidade dos dados típicos no concurso de pessoas.

A alternativa A está correta. A comunicabilidade dos dados típicos é tratada no artigo 30 do Código Penal, o qual estabelece: "Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.". Neste sentido, é estabelecido, como regra geral, a incomunicabilidade das condições de caráter pessoal, logo se um indivíduo recebe ajuda de um amigo para matar a própria mãe, apenas o filho responderá pela agravante genérica do art. 61, II, "e", do CP, pois a circunstância subjetiva não se comunicará. A 5ª Turma do STJ, inclusive, no julgamento do REsp n. 1.973.397/MG, entendeu que a qualificadora da paga promessa (art. 121§2º, I, do CP) não se comunica ao mandante do homicídio: "A qualificadora da paga (art. 121, 2º, I, do CP) não é aplicável aos mandantes do homicídio, porque o pagamento é, para eles, a conduta que os integra no concurso de pessoas, mas não o motivo do crime. Apenas o receptor do pagamento é quem, propriamente, age motivado por ele. Precedentes desta Quinta Turma."

Todavia, conforme se extrai da interpretação do próprio artigo 30 do CP, quando elementar, a circunstância pessoal deverá se comunicar. Portanto, considerando que a qualidade de funcionário, elementar do crime de peculato (art. 312 do CP), esta será comunicada e ambos os agentes responderão pelo crime funcional, visto que o particular tinha conhecimento deste fato.

A alternativa B está incorreta. Conforme o fundamento exposto na alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme o fundamento exposto na alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme o fundamento exposto na alternativa A.



QUESTÃO 66. Em relação aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

- a) Comete crime de corrupção ativa o sujeito que, atendendo à exigência de funcionário público, entrega a este uma vantagem indevida.
- b) Para a configuração do crime de concussão, é necessário que o sujeito ativo se valha da função que exerce ou vai exercer, ou que se prevaleça da autoridade que possui ou vai possuir.
- c) O crime de concussão só se consuma quando ocorre prejuízo ao lesado.
- d) Com a devolução da vantagem recebida, desnatura-se o crime de concussão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre crimes contra administração pública.

A alternativa A está incorreta. A Corrupção ativa está tipificada no artigo 333 do CP, sendo um crime comum, pois praticado por particular contra a administração pública. Tal delito incrimina os verbos “oferecer ou prometer” vantagem indevida a funcionário público. Portanto, quando o particular apenas atende a exigência do funcionário público, este não cometa crime de corrupção ativa. Vale destacar que, quando o funcionário público exige a vantagem, estará praticando o crime de concussão (art.316 do CP) e não corrupção passiva (art. 317 do CP).

A alternativa B está correta. O crime de concussão está previsto no artigo 316 do CP, sendo considerado um crime próprio, pois a condição de funcionário público é elementar do delito. Vale destacar que o referido artigo estabelece que comete tal crime aquele que exige, “ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela”, vantagem indevida. Logo, o sujeito ativo se vale da função que exerce ou vai exercer para alcançar a vantagem.

A alternativa C está incorreta. Conforme decidido pelo STJ, no HC 266460, o “crime de concussão configura-se pela exigência - e não pela entrega - da vantagem indevida. Isso porque a concussão é crime formal, que se consuma com a exigência da vantagem indevida. Assim, a eventual entrega do exigido se consubstancia mero exaurimento do crime previamente consumado”. Portanto, como crime formal, o prejuízo ao erário é dispensável para consumação.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentário da alternativa C, o crime de concussão é formal, logo, se consuma com a exigência da vantagem e não com a entrega do que foi exigido. Portanto, não restará desnaturado pela devolução da vantagem recebida, pois já estará consumado.

Ademais, cumpre salientar que a reparação do dano apenas extingue a punibilidade no caso do peculato culposo, previsto no artigo 312,§2º, do CP, conforme disposição do artigo 312,§3º, do CP: “No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.”.

QUESTÃO 67. Em relação às medidas assecuratórias, é correto afirmar que

- a) o sequestro pode recair sobre os bens imóveis adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, mesmo que já tenham sido transferidos a terceiros.
- b) o sequestro pode ser decretado pelo juiz somente antes de oferecida a denúncia ou queixa.
- c) não se admite o sequestro de bens móveis.
- d) a alienação do bem sequestrado sempre depende de sentença condenatória transitada em julgado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata sobre medidas assecuratórias.



A alternativa A está correta. Conforme o artigo 125 do Código de Processo Penal: “Caberá o seqüestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro”. Portanto, a transferência para terceiro não impede a efetivação do sequestro.

A alternativa B está incorreta. É possível a decretação do sequestro em qualquer fase do processo ou até mesmo antes do oferecimento da denúncia ou queixa, conforme previsto no artigo 127 do CPP: “O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o seqüestro, em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a denúncia ou queixa.”

A alternativa C está incorreta. O artigo 132 do CPP admite o sequestro de bens móveis: “Proceder-se-á ao seqüestro dos bens móveis se, verificadas as condições previstas no art. 126, não for cabível a medida regulada no Capítulo XI do Título VII deste Livro.”. Vale esclarecer que o “Capítulo XI do Título VII” trata da busca e apreensão.

A alternativa D está incorreta. Conforme o artigo 144-A, incluído no Código de Processo Penal pela Lei nº12.694/12, é possível a alienação antecipada dos bens sequestrados, a qual visa a preservação do valor dos bens sujeitos a grau de deterioração ou depreciação ou de difícil manutenção: “O juiz determinará a alienação antecipada para preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção”.

QUESTÃO 68. Com relação ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), assinale a alternativa correta.

a) Segundo fixado em tese de repercussão geral, a imunidade constitucional sobre imóveis incorporados à pessoa jurídica não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.

b) Conforme o texto constitucional, pode ter alíquota progressiva segundo a sua função social.

c) Segundo fixado em tese de repercussão geral, a transmissão de propriedade imobiliária derivada de operação societária de incorporação independe do fato de ter a empresa atividade preponderante na área imobiliária.

d) De acordo com previsão do Código Tributário Nacional, não incide na transmissão de imóveis com valor inferior a duzentos salários mínimos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda a jurisprudência fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) referente ao ITBI.

A alternativa A está correta. Trata-se do entendimento fixado pelo STF no julgamento do RE 796.376/PE - Repercussão Geral – Tema 796. Vejamos: “a imunidade em relação ao ITBI, prevista no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição Federal, não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.”

A alternativa B está incorreta, uma vez que não há tal previsão no art. 156 da CRFB/88. Há, ainda, a Súmula 656/STF, que assim dispõe: “é inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão ‘inter vivos’ de bens imóveis – ITBI, com base no valor venal do imóvel”.

A alternativa C está incorreta. O ITBI não incide sobre a transmissão de bens incorporados ao patrimônio da pessoa jurídica, salvo se a atividade preponderante da adquirente for a compra e venda desses bens (RE 796376).

A alternativa D está incorreta, pois não há tal previsão no Código Tributário Nacional.

QUESTÃO 69. Não tem previsão expressa no Código Tributário Nacional:



- a) a ação consignatória em pagamento.
- b) a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.
- c) o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
- d) o parcelamento tributário

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda a literalidade dos dispositivos do Código Tributário Nacional – CTN.

A alternativa A está incorreta, já que há previsão expressa no Código Tributário Nacional acerca da ação consignatória em pagamento. É o que consta no art. 164, transcrito a seguir: “Art. 164. A importância de crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos [...]”

A alternativa B está incorreta, uma vez que o art. 169 do CTN dispõe acerca da ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição. Vejamos: “Art. 169. Prescreve em dois anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.”

A alternativa C está correta, já que não há previsão expressa no Código Tributário Nacional no que tange ao IPVA.

A alternativa D está incorreta, pois há previsão no art. 151 referente ao parcelamento: “Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: [...] VI – o parcelamento”

QUESTÃO 70. Não integra a definição de tributo expressa no artigo 3º do Código Tributário Nacional – CTN a prestação

- a) pecuniária compulsória, em moeda ou valor que nela se possa exprimir.
- b) instituída em lei.
- c) que constitua multa ou penalidade.
- d) cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda a literalidade do art. 3º do Código Tributário Nacional – CTN.

A alternativa A está incorreta, já que integra o conceito previsto no art. 3º do CTN, transcrito a seguir: “Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”

A alternativa B está incorreta, uma vez que integra o conceito previsto no art. 3º do CTN, transcrito a seguir: “Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”

A alternativa C está correta. É o que se depreende da leitura do art. 3º do CTN, transcrito a seguir: “Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”

A alternativa D está incorreta, pois integra a definição de tributo expressa no artigo 3º do Código Tributário Nacional – CTN. Vejamos: “Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”

QUESTÃO 71. São aspectos (ou critérios) da regra matriz de incidência tributária:

- a) substantivo, temporal, espacial, quantitativo e subjetivo.
- b) material, temporal, substantivo, adjetivo e subjetivo.



c) substantivo, temporal, espacial, adjetivo e subjetivo.

d) material, temporal, espacial, quantitativo e subjetivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda entendimento doutrinário em matéria tributária.

A alternativa A está incorreta, já que nos termos da doutrina majoritária, são aspectos (ou critérios) da regra matriz de incidência tributária o material, temporal, espacial, quantitativo e subjetivo.

A alternativa B está incorreta, pois nos termos da doutrina majoritária, são aspectos (ou critérios) da regra matriz de incidência tributária o material, temporal, espacial, quantitativo e subjetivo.

A alternativa C está incorreta, uma vez que, nos termos da doutrina majoritária, são aspectos (ou critérios) da regra matriz de incidência tributária o material, temporal, espacial, quantitativo e subjetivo.

A alternativa D está correta. A classificação desses aspectos tem origem na doutrina. Vejamos: "(...) São, pois, aspectos da hipótese de incidência as qualidades que esta tem de determinar hipoteticamente os sujeitos da obrigação tributária, bem como o seu conteúdo substancial, local e momento de nascimento. Daí designarmos os aspectos essenciais da hipótese de incidência tributária por: a) aspecto pessoal; b) aspecto material; c) aspecto temporal; e d) aspecto espacial." (ATALIBA, Geraldo, Hipótese de Incidência Tributária, 4ª edição, RT, 1991, p. 73 e 75). Enriquecendo a obra de Geraldo Ataliba, Paulo de Barros Carvalho (Curso de Direito Tributário, 8ª edição, Ed. Saraiva, 1996, p. 159) define que a norma padrão de incidência tributária se divide em: 1 – Hipótese: a) aspecto material b) aspecto espacial c) aspecto temporal 2 – Consequência: d) aspecto pessoal e) aspecto quantitativo. Alguns doutrinadores, Sacha Calmon, por exemplo, entendem que o aspecto subjetivo também se classifica na hipótese, e não na consequência. (Fonte: Blog Estratégia).

QUESTÃO 72. Segundo o disposto no parágrafo único do artigo 100 do Código Tributário Nacional, exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo:

a) a observância de atos normativos expedidos por sindicatos.

b) a observância de práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.

c) a observância das regras de parcelamento do débito.

d) a observância das regras relativas às reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo administrativo tributário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda a literalidade do art. 100 do Código Tributário Nacional (CTN).

A alternativa A está incorreta, pois contraria o que dispõe o inciso I c/c o parágrafo único do art. 100 do CTN, transcrito a seguir: "Art. 100. São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos: I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas; [...] Parágrafo único. A observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo."

A alternativa B está correta, uma vez que reproduz o teor do inciso III e parágrafo único do art. 100 do CTN, transcrito a seguir: Art. 100. São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos: III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas; [...] Parágrafo único. A observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.



A alternativa C está incorreta, já que diverge das disposições contidas no art. 100, do CTN. Vejamos: “Art. 100. São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos: I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas; II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa; III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas; IV - os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Parágrafo único. A observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.”

A alternativa D está incorreta, pois diverge das disposições contidas no art. 100, do CTN. Vejamos: “Art. 100. São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos: I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas; II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa; III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas; IV - os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Parágrafo único. A observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.”

QUESTÃO 73. Segundo o Código Tributário Nacional,

a) é irrelevante para qualificar a natureza específica do tributo a sua denominação e demais características formais adotadas pela lei.

b) é irrelevante para qualificar a natureza específica do tributo o seu fato gerador.

c) na ausência de disposição legal expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, em primeiro lugar, a equidade.

d) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária aplicará, em primeiro lugar, os princípios gerais de direito público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda a literalidade do art. 4º e do art. 108 do Código Tributário Nacional (CTN).

A alternativa A está correta. É o que dispõe o inciso I do art. 4º do CTN, transcrito a seguir: “Art. 4º A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la: I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;”

A alternativa B está incorreta, uma vez que diverge do teor do art. 4º do CTN. Vejamos: “Art. 4º A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la: I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei; II - a destinação legal do produto da sua arrecadação.”

A alternativa C está incorreta. O erro situa-se na expressão “em primeiro lugar”, pois o art. 108 indica a ordem, sendo a equidade o último instrumento. Vejamos: “Art. 108. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: I - a analogia; II - os princípios gerais de direito tributário; III - os princípios gerais de direito público; IV - a equidade.”

A alternativa D está incorreta. O erro situa-se na expressão “em primeiro lugar”, pois o art. 108 indica a ordem. Vejamos: “Art. 108. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: I - a analogia; II - os princípios gerais de direito tributário; III - os princípios gerais de direito público; IV - a equidade.”

QUESTÃO 74. Acerca da sociedade em comum, assinale a alternativa correta.



- a) Nas relações entre si ou com terceiros, os sócios somente podem provar a existência da sociedade por escrito, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.
- b) Trata-se de sociedade personificada, desde que efetuado o arquivamento dos atos constitutivos na Junta Comercial.
- c) Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, observado o benefício de ordem.
- d) Os bens e dívidas sociais confundem-se com os dos sócios, sendo vedada a constituição de patrimônio especial.

Comentários

A resposta correta é a **letra A**.

A questão trata sobre o tema sociedade em comum.

A alternativa A está correta. Conforme a literalidade do artigo 987 do CC: “Art. 987. Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo”.

A alternativa B está incorreta. A sociedade em comum não possui personalidade jurídica, pois sua característica principal é exatamente a falta de inscrição dos atos constitutivos, conforme artigo 986 do CC: “Art. 986. Enquanto não inscritos os atos constitutivos, rege-se a sociedade, exceto por ações em organização, pelo disposto neste Capítulo, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade simples”.

A alternativa C está incorreta. Não há a benesse da ordem para aquele que contratou pela sociedade, conforme artigo 990 do CC: “Art. 990. Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, previsto no art. 1.024, aquele que contratou pela sociedade”.

A alternativa D está incorreta. Embora não exista uma formalização da divisão do patrimônio, os bens e dívidas relacionados com a atividade empresária serão considerados como patrimônio especial, conforme artigo 988 do CC: “Art. 988. Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum”.

QUESTÃO 75. A sociedade limitada é o tipo societário mais utilizado no Brasil. Sobre ela, assinale a alternativa correta.

- a) É constituída por duas ou mais pessoas.
- b) É vedada a contribuição que consista em prestação de serviços.
- c) A responsabilidade de cada sócio está restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem subsidiariamente pela integralização do capital social subscrito por todos os sócios.
- d) Há possibilidade de o sócio ceder sua quota a terceiro, independentemente da anuência dos outros, salvo previsão contratual em contrário.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

A questão trata sobre o tema de sociedade por ações.

A alternativa A está incorreta. É possível a constituição de sociedade limitada unipessoal, conforme artigo 1.052, §1º, do CC: “§1º A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas”.

A alternativa B está correta. Conforme a literalidade do artigo 1.055, §2º, do CC: “§2º É vedada contribuição que consista em prestação de serviços”.

A alternativa C está incorreta. Todos os sócios respondem de forma solidária pela integralização do capital, conforme artigo 1.052 do CC: “Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social”.



A alternativa D está incorreta. A cessão de quota para quem não é sócio depende de anuência dos demais, conforme artigo 988 do CC: “Art. 1.057. Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social”.

QUESTÃO 76. De acordo com a Lei de falência e recuperação judicial, o administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada. São seus deveres na recuperação judicial:

- a) praticar os atos necessários à realização do ativo e ao pagamento dos credores.**
- b) requerer a falência no caso de descumprimento de obrigação assumida no plano de recuperação.**
- c) representar a devedora em juízo.**
- d) diligenciar a cobrança de dívidas e dar a respectiva quitação**

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

A questão trata do tema recuperação judicial

As alternativas A, C e D estão incorretas. Tais deveres são relativos à atuação do administrador judicial na falência e não na recuperação judicial, conforme artigo 22, III, alíneas I, L e N, da Lei 11.101/05: “Art. 22. Ao administrador judicial compete, sob a fiscalização do juiz e do Comitê, além de outros deveres que esta Lei lhe impõe: III – na falência: i) praticar os atos necessários à realização do ativo e ao pagamento dos credores; l) praticar todos os atos conservatórios de direitos e ações, diligenciar a cobrança de dívidas e dar a respectiva quitação; n) representar a massa falida em juízo, contratando, se necessário, advogado, cujos honorários serão previamente ajustados e aprovados pelo Comitê de Credores;”.

A alternativa B está correta. Conforme a literalidade do artigo 22, II, alínea b, da Lei 11.101/05: “Art. 22. Ao administrador judicial compete, sob a fiscalização do juiz e do Comitê, além de outros deveres que esta Lei lhe impõe: II – na recuperação judicial: b) requerer a falência no caso de descumprimento de obrigação assumida no plano de recuperação;”

QUESTÃO 77. Nas sociedades anônimas, a assembleia geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei das sociedades anônimas.

- a) Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.**
- b) Os acionistas sem direito de voto podem comparecer à assembleia geral, sendo-lhes vedado o direito de voz.**
- c) As deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria simples de votos, computados os votos em branco.**
- d) Nas companhias abertas, o acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral; nas companhias fechadas, é vedada a participação e votação a distância.**

Comentários

A resposta correta é a **letra A**.

A questão trata do tema sociedades anônimas.

A alternativa A está correta. Conforme a literalidade do artigo 125 da Lei 6.404/76: “Art. 125. Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira



convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número”.

A alternativa B está incorreta. Mesmo sem direito a voto terão direito de voz, conforme artigo 125, parágrafo único, da Lei 6.404/76: “Parágrafo único. Os acionistas sem direito de voto podem comparecer à assembleia-geral e discutir a matéria submetida à deliberação”.

A alternativa C está incorreta. Os votos em branco não serão computados, conforme artigo 129 da Lei 6.404/76: “Art. 129. As deliberações da assembleia-geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco”.

A alternativa D está incorreta. Tanto nas companhias abertas, como nas fechadas, o acionista pode participar da assembleia-geral a distância, conforme artigo 121, parágrafo único, da Lei 6.404/76: “Parágrafo único. Nas companhias, abertas e fechadas, o acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral, nos termos do regulamento da Comissão de Valores Mobiliários e do órgão competente do Poder Executivo federal, respectivamente”.

QUESTÃO 78 .“A”, “B” e “C”, pessoas naturais, resolvem montar uma loja de roupas na sua cidade. Fazem-no sem observar as formalidades legais; exercem-na conjuntamente, partilhando os resultados, já há dois anos. Nesse quadro, é juridicamente correto afirmar:

a) coletivamente, os três são considerados empresários individuais.

b) para regularizar a situação, deverão todos os três registrar-se como empresários individuais.

c) a atividade exercida pelos três pode caracterizar a existência de sociedade em comum, sem, pois, adquirir ela personalidade jurídica.

d) os três devem escolher um deles para ser o administrador e representante dos demais a fim de assumir a responsabilidade perante terceiros.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**.

A questão trata sobre o tema sociedade em comum.

As alternativas A, B e D estão incorretas. Como atuam de forma conjunta, não há como serem empresários individuais, tampouco escolherem um deles para ser responsável perante terceiros, pois como não há regularidade na constituição, a união deles é considerada como uma sociedade em comum.

A alternativa C está correta. Conforme artigo 986 do CC: “Art. 986. Enquanto não inscritos os atos constitutivos, rege-se-á a sociedade, exceto por ações em organização, pelo disposto neste Capítulo, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade simples”.

QUESTÃO 79. Assinale a alternativa correta.

a) A sociedade em comum e a sociedade simples somente podem ter por objeto atividade empresarial, e seus sócios só podem ser pessoas naturais de nacionalidade brasileira.

b) As sociedades em comum, comandita simples e sociedade simples não podem ter personalidade jurídica.

c) Havendo sócio incapaz na sociedade empresária, deverá o capital social ser integralizado em dois terços do capital subscrito.

d) Havendo incapaz na sociedade empresária, deverá o capital social ser inteiramente integralizado.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**.

A questão trata sobre o tema sociedades.



A alternativa A está incorreta. Não há tais limitações legais.

A alternativa B está incorreta. Embora a sociedade em comum não possua personalidade jurídica, a comandita simples e a sociedade simples são entidades empresariais com personalidade jurídica própria, estão incluídas no Subtítulo II (Da Sociedade Personificada) do Título I (Da Sociedade) do Livro II (Do Direito de Empresa) do CC.

A alternativa C está incorreta e a alternativa D está correta. Conforme a literalidade do artigo 974, §3º, II, do CC: “§3º O Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais deverá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, desde que atendidos, de forma conjunta, os seguintes pressupostos: II – o capital social deve ser totalmente integralizado;”.

QUESTÃO 80. Segundo o art. 3º da Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- a) a prevalência dos direitos humanos.**
- b) a dignidade da pessoa humana.**
- c) a independência nacional.**
- d) a garantia do desenvolvimento nacional.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda a literalidade do art. 3º da CF/88.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de princípio que rege as relações internacionais, previsto no art. 4º da CF/88. Não há, portanto, tal previsão nos incisos do art. 3º, a seguir transcrito: “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

A alternativa B está incorreta, uma vez que a dignidade da pessoa humana é fundamento da República Federativa do Brasil, prevista no art. 1º da CF/88. Não há, portanto, tal previsão nos incisos do art. 3º, a seguir transcrito: “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

A alternativa C está incorreta. Trata-se de princípio que rege as relações internacionais, previsto no art. 4º da CF/88. Não há, portanto, tal previsão nos incisos do art. 3º, a seguir transcrito: “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

A alternativa D está correta. É o teor do inciso III do art. 3º da Constituição da República. Vejamos: “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

QUESTÃO 81. Nos termos da Constituição Federal, é privativo de brasileiro nato o cargo de

- a) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.**
- b) Ministro de Estado da Defesa.**



c) Juiz de Direito.

d) Ministro do Tribunal de Contas da União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda a literalidade do §3º do art. 12 da CF/88.

A alternativa A está incorreta, uma vez que não consta tal previsão dentre os incisos do § 3º do art. 12 da CF/88.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do inciso VII do § 3º do art. 12 da CF/88. Vejamos: “são privativos de brasileiro nato os cargos: I - de Presidente e Vice-Presidente da República; II - de Presidente da Câmara dos Deputados; III - de Presidente do Senado Federal; IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal; V - da carreira diplomática; VI - de oficial das Forças Armadas. VII - de Ministro de Estado da Defesa.”

A alternativa C está incorreta, pois diverge do §3º do art. 12 da CF/88.

A alternativa D está incorreta, pois diverge do §3º do art. 12 da CF/88.

QUESTÃO 82. Compete ao Supremo Tribunal Federal, originariamente:

a) julgar os mandados de segurança e os habeas data contra o ato de Ministro de Estado ou do próprio Tribunal.

b) homologar sentença estrangeira.

c) julgar o Senador da República pela prática de infrações penais comuns.

d) processar e julgar o habeas corpus quando o coator for o Tribunal de Justiça estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda a literalidade dos artigos 105 e 102 da Constituição da República.

A alternativa A está incorreta, uma vez que o julgamento de mandados de segurança e os habeas data contra o ato de Ministro de Estado ou do próprio Tribunal compete ao STJ, conforme art. 105 da Constituição da República: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: [...] b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal;”

A alternativa B está incorreta. Tal competência pertence ao Superior Tribunal de Justiça. Vejamos: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: [...] i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias;”

A alternativa C está correta. Trata-se da previsão contida na alínea “b” do inciso I do art. 102 da Constituição da República: “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: [...] b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;”

A alternativa D está incorreta, pois nos termos do art. 102 da CRFB/88 não compete ao STF processar e julgar o habeas corpus quando o coator for o Tribunal de Justiça estadual.

QUESTÃO 83. Compete privativamente à União legislar sobre

a) registros públicos.

b) custas dos serviços forenses.

c) direito penitenciário.

d) procedimento em matéria processual.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda dispositivos da Constituição Federal que tratam da competência para legislar.



A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do inciso XXV do art. 22 da Constituição da República, transcrito a seguir: “Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: [...] XXV - registros públicos;”

A alternativa B está incorreta. Tal matéria é de competência concorrente dos Estados, DF e União. Vejamos: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] IV - custas dos serviços forenses;”

A alternativa C está incorreta. Tal matéria é de competência concorrente dos Estados, DF e União. Vejamos: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;”

A alternativa D está incorreta. Tal matéria é de competência concorrente dos Estados, DF e União. Vejamos: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] XI - procedimentos em matéria processual;”

QUESTÃO 84. Em relação ao Conselho Nacional da Justiça, assinale a alternativa correta. É composto de 16 (dezesseis) conselheiros eleitos, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

- a) Os membros do Conselho Nacional da Justiça serão nomeados pelo Presidente do Conselho Nacional da Justiça, após aprovação, por maioria absoluta, pelo Senado Federal.
- b) O Conselho Nacional de Justiça será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Corregedor Nacional de Justiça.
- c) O Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo Tribunal, exerce a função de Corregedor Nacional de Justiça.

Comentários

A alternativa correta de acordo com o gabarito preliminar emitido pela banca é a **letra D**.

Cumprir destacar, entretanto, que a presente questão é passível de anulação em virtude de erro de formatação, já que um dos quatro itens se encontra sem a devida identificação da letra correspondente à alternativa.

Ademais, o gabarito preliminar indica como correta a alternativa “d”. Todavia, a alternativa correta é a letra “c”, que reproduz a literalidade do § 5º do art. 103-B, da Constituição Federal.

A questão aborda a literalidade do art. 103-B, da Constituição Federal.

A alternativa A está incorreta, uma vez que diverge do §2º do art. 103-B, da Constituição Federal. Vejamos: “§ 2º Os demais membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.”

A alternativa B está incorreta uma vez que diverge do §1º do art. 103-B, da Constituição Federal. Vejamos: “§ 1º O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.”

A alternativa C está correta, pois reproduz a literalidade do § 5º do art. 103-B, da Constituição Federal. Vejamos: “§ 5º O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes.”

QUESTÃO 85. Em relação ao tema dos precedentes vinculantes, assinale a alternativa que indica a expressão que indica uma razão que, embora tenha feito parte do voto vencedor do acórdão que fixou a tese, não terá força vinculante para casos futuros.

- a) *Distinguishing*.
- b) *Obter dictum*.
- c) *Overruling*.
- d) *Ratio decidendi*.

Comentários



A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda institutos relacionados aos precedentes vinculantes.

A alternativa A está incorreta. O conceito previsto no enunciado diz respeito ao *Obter dictum*. O *distinguishing* deve ser empregado quando uma decisão não utiliza a *ratio decidendi* de um precedente vinculativo, pois a situação fática se diferencia na lide. (STRECK, Lenio Luiz; ABOUD, George. O que é isto - o precedente judicial e as súmulas vinculantes?. 3.ed. – Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015. V. 3.)

A alternativa B está correta. O doutrinador Hermes Zaneti Júnior define *obter dictum* como “tudo aquilo que não for essencial a decisão, que não constituir fundamentos determinantes”, e completa afirmando que “é tudo aquilo que está na decisão e pode ser retirado sem que surta qualquer efeito prático”, ou seja, “argumentos a latere” e, portanto, não vinculante, não podendo ser considerado precedente, pois são “fundamentos prescindíveis para o alcance do resultado” da causa em julgamento. (ZANETI JR, Hermes. O valor vinculante dos precedentes: teoria dos precedentes normativos formalmente vinculantes, Salvador, JusPODIVM, 2016).

A alternativa C está incorreta. O conceito previsto no enunciado diz respeito ao *Obiter dictum*. A doutrina conceitua *Overruling*, nos seguintes termos: “Constitui a resposta judicial ao desgaste de sua congruência social e coerência sistêmica. Quando o precedente carece desses atributos, os princípios básicos que sustentam a regra do stare decisis – segurança jurídica e igualdade – deixam de autorizar a replicabilidade (replicability), com o que o precedente deve ser superado. Essa conjugação constitui a regra básica para superação de precedente.” (MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, Daniel. O Novo Processo Civil. 3.ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017. p.597). Trata-se, assim, da mudança de entendimento de um tribunal acerca de tema jurídico anteriormente pacificado.

A alternativa D está incorreta. O conceito previsto no enunciado diz respeito ao *Obter dictum*. *Ratio decidendi* é o princípio jurídico que consta da motivação da decisão. Corresponde aos fundamentos definitivos para decidir, à prescrição que pode ser aplicada a casos futuros. (Fonte: PDF Estratégia).

QUESTÃO 86. Trata-se de instrumento jurídico que visa à declaração de inconstitucionalidade de lei em tese:

a) ação direta de inconstitucionalidade.

b) habeas corpus.

c) mandado de segurança.

d) ação civil pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o conceito de instrumentos jurídicos em matéria constitucional.

A alternativa A está correta, uma vez que a ação direta de inconstitucionalidade tem por finalidade declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual (art. 102, I, a, da CF).

A alternativa B está incorreta. Nos termos do inciso LXVIII do art. 5º da CRFB/88, o habeas corpus possui finalidade diversa. Vejamos: “LXVIII - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;”

A alternativa C está incorreta. Conforme se depreende da leitura do inciso LXIX do art. 5º da CRFB/88, o mandado de segurança possui finalidade diversa. Vejamos: “LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;”



A alternativa D está incorreta. Ação civil pública é ação que tem por escopo a proteção de interesses difusos ou coletivos, responsabilizando quem comete danos contra os bens tutelados. Sua disciplina situa-se na lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

QUESTÃO 87. A Constituição Brasileira que estendeu o direito de voto às mulheres sem restrição ao estado civil e tê-lo tornado secreto foi a de

a) 1937.

b) 1946.

c) 1934.

d) 1967.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda a doutrina constitucional relacionada ao histórico das Constituições brasileiras.

A alternativa A está incorreta, uma vez que tal previsão surgiu na Carta de 1934.

A alternativa B está incorreta, pois tal previsão surgiu anteriormente na Carta de 1934.

A alternativa C está correta. No Brasil, o direito ao voto das mulheres entrou no texto constitucional apenas na Carta de 1934, passando a ter valor igual ao voto masculino. Na mesma constituição, foi instituído o voto secreto.

A alternativa D está incorreta, pois tal previsão surgiu na Carta de 1934.

QUESTÃO 88. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, as cláusulas pétreas não podem ser objeto de emenda constitucional, salvo por assembleia com poderes constitucionais originários. Trata-se de uma cláusula pétrea:

a) processo legislativo brasileiro.

b) sistema presidencialista de governo.

c) sistema tributário nacional.

d) voto direto, secreto, universal e periódico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda as cláusulas pétreas inseridas na Constituição do Brasil de 1988 por meio do artigo 60, § 4º.

A alternativa A está incorreta, uma vez que diverge do §4º do art. 60 da CRFB/88. Vejamos: “§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I - a forma federativa de Estado; II - o voto direto, secreto, universal e periódico; III - a separação dos Poderes; IV - os direitos e garantias individuais.”

A alternativa B está incorreta, pois não se trata de hipótese prevista nos incisos do §4º do art. 60 da CRFB/88.

A alternativa C está incorreta, já que não se trata de hipótese prevista nos incisos do §4º do art. 60 da CRFB/88.

A alternativa D está correta. Trata-se da expressa disposição do §4º do art. 60 da CRFB/88. Vejamos: “§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I - a forma federativa de Estado; II - o voto direto, secreto, universal e periódico; III - a separação dos Poderes; IV - os direitos e garantias individuais.”

QUESTÃO 89. O Superior Tribunal de Justiça é composto, no mínimo, por quantos Ministros?

a) 31.

b) 33.

c) 29.



d) 35.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o teor do art. 104 da Constituição da República.

A alternativa A está incorreta, já que contraria o disposto no art. 104 da Constituição da República.

A alternativa B está correta. É o que dispõe o art. 104 da CRFB/88: “Art. 104. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros.”

A alternativa C está incorreta, pois diverge da previsão contida no art. 104 da CRFB/88.

A alternativa D está incorreta, pois diverge da previsão contida no art. 104 da CRFB/88.

QUESTÃO 90. O bem público sede do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, utilizado para julgamento dos recursos criminais e cíveis, é

a) bem de uso especial.

b) bem de uso comum do povo.

c) bem de uso público.

d) bem dominical.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda a classificação de bens públicos.

A alternativa A está correta. Trata-se da definição prevista no Código Civil. Vejamos: “Art. 99. CC. São bens públicos: [...] II – os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;”.

A alternativa B está incorreta. O conceito de bens de uso comum do povo, nos termos do art. 99 do CC, é o seguinte: “Art. 99. CC. São bens públicos: I – os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;”.

A alternativa C está incorreta. Os bens públicos, conforme o artigo 98, do CC, são os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, sendo todos os demais bens particulares.

A alternativa D está incorreta. O conceito de Bens dominicais, nos termos do art. 99 do CC, é o seguinte: “Art. 99. CC. São bens públicos: [...] III – os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

QUESTÃO 91. Entidade autônoma criada por lei, dotada de personalidade de direito público, com gestão, receita e patrimônio próprio, cuja finalidade é executar atividades típicas da administração pública. Trata-se de

a) sociedade de economia mista.

b) consórcio público.

c) autarquia.

d) empresa pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda conceitos relacionados à organização da administração indireta

A alternativa A está incorreta, uma vez que o conceito contido no enunciado é o de autarquia. O conceito de sociedade de economia mista encontra-se no art. 4º da lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Vejamos: “Art. 4º Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas



ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.”

A alternativa B está incorreta. O conceito contido no enunciado é o de autarquia. O conceito de consórcio encontra-se no art. 2º do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007. Vejamos: “Art. 2º Para os fins deste Decreto, consideram-se: I - consórcio público: pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei no 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos;”.

A alternativa C está correta. As autarquias possuem suas definições explicitadas pelo artigo 5º do Decreto-lei n. 200/1967: “Para os fins desta lei, considera-se: I – Autarquia – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.”

A alternativa D está incorreta. O conceito contido no enunciado é o de autarquia. O conceito de empresa pública encontra-se no art. 3º da lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Vejamos: “art. 3º Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.”

QUESTÃO 92. Os atos administrativos que contêm o comando geral da Administração Pública, com o objetivo de regulamentar a lei, são

- a) atos normativos.**
- b) atos enunciativos.**
- c) atos negociais.**
- d) atos ordinatórios.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda conceitos doutrinários relacionados aos atos administrativos.

A alternativa A está correta. Atos normativos consistem em manifestações abstratas da vontade estatal para destinatários indeterminados, mas determináveis. Exemplos: regulamentos, resoluções, instruções normativas. (Fonte: Blog Estratégia).

A alternativa B está incorreta. A descrição contida no enunciado se refere à ato normativo. Os atos enunciativos são os atos pelos quais a Administração declara um fato preexistente, profere uma opinião ou emite um juízo de valor, sem que, por si só, produza consequências jurídicas. Por meio deles, a Administração Pública se limita a certificar ou atestar um fato. (Fonte: Blog Estratégia).

A alternativa C está incorreta. A descrição contida no enunciado se refere à ato normativo. Atos negociais ou de consentimento são aqueles em que a vontade da administração coincide com a pretensão de um particular. Eles são exigidos quando o particular necessita obter uma anuência ou consentimento prévio do Estado para poder exercer legitimamente determinada atividade. Podem ser discricionários ou vinculados. (Fonte: Blog Estratégia).

A alternativa D está incorreta. A descrição contida no enunciado se refere à ato normativo. Os atos administrativos ordinatórios possuem a finalidade de disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional dos agentes públicos, portanto, eles têm alcance interno. Nessa linha, o seu fundamento é o poder hierárquico, pois esses atos são editados por um superior, tendo como destinatários os seus subordinados. (Fonte: Blog Estratégia).

QUESTÃO 93. Em relação aos poderes da Administração Pública, é correto afirmar:

- a) a administração pública tem a faculdade de anular os atos ilegais por ela praticados.**



b) é vedada a revogação dos atos discricionários.

c) os atos administrativos não podem ser fiscalizados pelo Poder Legislativo.

d) a administração pública deve anular os atos ilegais que praticar e pode revogar seus atos por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda a doutrina relacionada aos atos administrativos.

A alternativa A está incorreta. A anulação é o desfazimento de ato ilegal. Sobre a faculdade de anular os atos ilegais, a doutrina assim dispõe: "O aspecto que se discute é quanto ao caráter vinculado ou discricionário da anulação. Indaga-se: diante de uma ilegalidade, a Administração está obrigada a anular o ato ou tem apenas a faculdade de fazê-lo? Há opiniões nos dois sentidos. Os que defendem o dever de anular apegam-se ao princípio da legalidade; os que defendem a faculdade de anular invocam o princípio da predominância do interesse público sobre o particular. Para nós, a Administração tem, em regra, o dever de anular os atos ilegais, sob pena de cair por terra o princípio da legalidade. No entanto, poderá deixar de fazê-lo, em circunstâncias determinadas [...]" (Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 33. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020. p. 530)

A alternativa B está incorreta. A revogação é a extinção de ato válido, mas que deixou de ser conveniente e oportuno. A revogação somente se opera sobre atos discricionários. Nesse caso, o próprio ato de revogar é também um juízo de mérito. Assim, podemos dizer que a revogação é um ato discricionário exercido sobre outro ato discricionário. (Fonte: Blog Estratégia).

A alternativa C está incorreta, já que o controle administrativo é uma das atribuições do Poder Legislativo.

A alternativa D está correta. Trata-se do que dispõe a Súmula 473/STF, transcrita a seguir: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

QUESTÃO 94. Se os agentes da Municipalidade de Maceió interferirem na esfera privada do cidadão para salvaguardar o interesse público primário, ocorre a hipótese de exercício do poder

a) de polícia.

b) discricionário.

c) vinculado.

d) disciplinar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda tema relacionado aos poderes administrativos.

A alternativa A está correta. O enunciado descreve o conceito de poder de polícia, previsto no art. 78 do Código Tributário Nacional (CTN): "Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos."

A alternativa B está incorreta. O enunciado descreve o conceito de poder de polícia. O poder é discricionário quando o agente público possui uma certa margem de liberdade no agir. Contudo, a liberdade é dentro dos limites legais da razoabilidade e da proporcionalidade. (Fonte: Blog Estratégia).



A alternativa C está incorreta. O enunciado trata de poder de polícia. O poder vinculado ocorre quando a administração pública não tem margem de liberdade para o seu exercício. Portanto, quando houver uma situação prevista na lei, o agente público deve agir exatamente da forma prevista em lei. (Fonte: Blog Estratégia).

A alternativa D está incorreta. O enunciado trata de poder de polícia. A doutrina, por sua vez, conceitua poder disciplinar nos seguintes termos: “é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.” (Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 33. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020. p. 267)

QUESTÃO 95. De acordo com a Lei de Licitações, a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento pode ser o de menor preço ou de maior desconto, é

a) o leilão.

b) o diálogo competitivo.

c) a concorrência.

d) o pregão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda a literalidade do art. 6º da Lei 14.133/21.

A alternativa A está incorreta. O conceito contido no enunciado é o de pregão. O conceito de leilão vem descrito no inciso XL do art. 6º, transcrito a seguir: “XL - leilão: modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance;”.

A alternativa B está incorreta. O conceito contido no enunciado é o de pregão. O conceito de diálogo competitivo vem descrito no inciso XLII do art. 6º, transcrito a seguir: “XLII - diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;”

A alternativa C está incorreta. O conceito contido no enunciado é o de pregão. O conceito de concorrência vem descrito no inciso XXXVIII do art. 6º, transcrito a seguir: “XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: a) menor preço; b) melhor técnica ou conteúdo artístico; c) técnica e preço; d) maior retorno econômico; e) maior desconto;”

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do inciso XLI do art. 6º da Lei 14.133/21. Vejamos: “XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.”

QUESTÃO 96. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta.

a) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação do contrato administrativo poderá valer-se de valores jurídicos abstratos.

b) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

c) A responsabilidade pessoal do agente público por suas decisões ou opiniões técnicas são de natureza objetiva.



d) A edição de atos normativos por agente administrativo, inclusive os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda a literalidade dos artigos da Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro (LINDB).

A alternativa A está incorreta. Trata-se da literalidade do art. 20 da LINDB, transcrito a seguir: “Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.”

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do art. 22 da LINDB, transcrito a seguir: “Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.”

A alternativa C está incorreta, pois diverge do disposto no art. 28 da LINDB. Vejamos: “Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.”

A alternativa D está incorreta, pois diverge do disposto no art. 29 da LINDB. Vejamos: “Art. 29. Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.”

QUESTÃO 97. Com relação à responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro, assinale a alternativa correta.

a) A teoria da responsabilidade objetiva aplica-se tanto às pessoas jurídicas de direito público quanto às pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

b) O agente público só responde regressivamente ao Estado quando, na qualidade de agente público, causa danos a terceiros por conduta dolosa.

c) Em caso de culpa concorrente da vítima, exclui-se a responsabilidade civil do Estado.

d) Não há responsabilidade civil do Estado por dano causado pelos serviços notariais e de registro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda dispositivos legais e jurisprudência sobre responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está correta. É o que dispõe o §6º do art. 37 da CRFB/88, a seguir transcrito: “§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”

A alternativa B está incorreta, pois diverge da previsão do §6º do art. 37 da CRFB/88, a seguir transcrito: “§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”

A alternativa C está incorreta. A culpa exclusiva da vítima exclui a responsabilidade do Estado. Já a culpa concorrente da vítima atenua a sua responsabilidade.

A alternativa D está incorreta, pois diverge do entendimento jurisprudencial fixado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 842846/RJ. Vejamos: “O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.” STF. Plenário. RE 842846/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 27/2/2019 (repercussão geral).



QUESTÃO 98. Com relação ao tema da desapropriação administrativa, assinale a alternativa correta, de acordo com entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça.

- a) Em desapropriação, não são cumuláveis juros compensatórios e moratórios.
- b) Na desapropriação para instituir servidão administrativa são devidos os juros moratórios pela limitação de uso de propriedade.
- c) Os juros moratórios, na desapropriação direta ou indireta, contam-se desde o trânsito em julgado da sentença.
- d) A incidência dos juros moratórios sobre os compensatórios, nas ações expropriatórias, constitui anatocismo vedado em lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o entendimento sumulado referente à desapropriação.

A alternativa A está incorreta. A alternativa contraria o teor da Súmula 12-STJ. Vejamos: “em desapropriação, são cumuláveis juros compensatórios e moratórios.”

A alternativa B está incorreta. São devidos juros compensatórios. É o que dispõe a Súmula 56-STJ, transcrita a seguir: “na desapropriação para instituir servidão administrativa são devidos os juros compensatórios pela limitação de uso da propriedade”.

A alternativa C está correta. É o teor da Súmula 70-STJ. Vejamos: “os juros moratórios, na desapropriação direta ou indireta, contam-se desde o trânsito em julgado da sentença.”

A alternativa D está incorreta, pois diverge da orientação contida na Súmula 102-STJ. Vejamos: “a incidência dos juros moratórios sobre os compensatórios, nas ações expropriatórias, não constitui anatocismo vedado em lei.”

QUESTÃO 99. A Constituição Federal de 1988 define que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. Nesse contexto, é correto afirmar que

- a) a transferência da execução do serviço público ocorre por concessão.
- b) a transferência da execução do serviço público ocorre por contrato administrativo unilateral.
- c) a transferência da execução do serviço público ocorre por lei em sentido formal.
- d) a transferência da execução do serviço público ocorre por outorga.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda tema relacionado à delegação de serviços públicos.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de concessão, mas sim de outorga, nos termos do que preconiza o art. 236 da Constituição Federal.

A alternativa B está incorreta. Não se trata de hipótese de contrato administrativo, mas sim de outorga, nos termos do que preconiza o art. 236 da Constituição Federal.

A alternativa C está incorreta. A prestação dos serviços notariais e de registro ocorre de modo particular e se formaliza por meio de outorga, pelo Poder Público, aos aprovados em concurso público de provas e títulos, nos termos do que preconiza o art. 236 da Constituição Federal.

A alternativa D está correta. A prestação dos serviços notariais e de registro ocorre de modo particular e se formaliza por meio de outorga, pelo Poder Público, aos aprovados em concurso público de provas e títulos, nos termos do que preconiza o art. 236 da Constituição Federal.

QUESTÃO 100. O Padre Antônio Vieira foi orador, filósofo, escritor e missionário da Companhia de Jesus. Os conhecidos Sermões são considerados obra do período

- a) Barroco.
- b) Quinhentista.



c) Arcadismo.

d) Acadiano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Os conhecidos Sermões são considerados obras do Barroco literário.

O Barroco foi um movimento nascido na Europa que se manifesta nas artes plásticas, na literatura, na música e no teatro nos séculos XVII e XVIII. Em um período no qual a Igreja Católica se bate para recuperar o espaço perdido com a Reforma Protestante, a arte barroca busca conciliar a espiritualidade da Idade Média com a racionalidade do Renascimento. Sua característica marcante, portanto, é o contraste e a contradição, com obras rebuscadas, que expressam exuberância e emoções extremas.

O padre Antônio Vieira (1608-1697) foi um religioso, escritor e orador português, a principal expressão do Barroco Literário da língua portuguesa. Escreveu cerca de 200 sermões, nos quais revela conhecimento político, social e religioso.

Portanto, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)

